Livro 8

Com quais disciplinas do ânimo devem ser instruídos os cidadãos da melhor cidade.

- Lição 1
- Lição 2
- Lição 3

Lição 1

Das disciplinas úteis devem ser aprendidas aquelas que não tornam vil quem as pratica.

> ***1100.*** *Que, na verdade, o legislador deve máximamente velar acerca da disciplina dos jovens, ninguém, decerto, duvidará; pois, nas cidades, não se fazer isto prejudica os regimes políticos. Ora, é preciso educar segundo cada regime: pois o costume próprio de cada regime, que lhe é conveniente, tanto costuma conservar os regimes como os instituiu desde o princípio: por exemplo, o que é democrático, a democracia; e o que é oligárquico, a oligarquia: e sempre o melhor costume é causa de melhor regime.*
>
> ***1101.*** *Além disso, para todas as potências e artes há coisas em que é preciso ser previamente instruído e previamente acostumado, para as operações de cada uma. Por isso é claro que também para as ações da virtude.*
>
> ***1102.*** *Ora, visto que há um só fim para toda a cidade, é manifesto que também é necessário que a disciplina seja uma só e a mesma para todos.*
>
> ***1103.*** *E que o cuidado dela seja comum e não à parte, do modo como agora cada um cuida à parte de seus próprios filhos e com disciplina própria, ensinando o que quer que lhe pareça: mas é preciso fazer comum aquilo que é das coisas comuns, e digno de estudo.*
>
> ***1104.*** *E, ao mesmo tempo, não se deve julgar que algum dos próprios cidadãos seja de si mesmo, mas todos sejam da cidade. Ora, o cuidado de cada parte é apto por natureza a olhar para o cuidado do todo.*
>
> ***1105.*** *E poderá alguém louvar nisto também os lacedemônios: pois têm o máximo empenho acerca dos meninos, e isto comumente. Que, na verdade, portanto, se deve legislar acerca da disciplina e fazê-la comumente, é manifesto.*
>
> ***1106.*** *Mas qual seja a disciplina e de que modo é preciso educar, não deve ficar oculto. Agora, porém, duvida-se pelas obras: pois nem todos julgam que os jovens devam aprender as mesmas coisas, nem para a virtude nem para a vida ótima. Nem é manifesto se é preciso educar mais para o intelecto ou para o costume da alma. E a partir da disciplina que diz respeito à vida ativa a consideração está cheia de perturbação; e a ninguém é claro se é preciso estudar acerca das coisas que tendem à virtude ou acerca do supérfluo. Pois todas essas coisas receberam certos juízes; e sobre as que dizem respeito à*

virtude nada foi concordado; pois nem a mesma virtude todos logo honram. Por isso, razoavelmente se diversificam também quanto ao estudo dela.

1107. *Que, na verdade, portanto, se devem ensinar as coisas necessárias das úteis, não é obscuro; mas que não todas, distinguidas as obras liberais e as não-liberais, é manifesto que se deve participar de tais coisas úteis quantas fizerem o participante não banauso. Pois se deve julgar ser obra banausa esta, e arte banausa esta, e doutrina banausa qualquer que torne inútil, para os usos e as ações da virtude, o corpo dos homens livres, ou a alma, ou o intelecto. Por isso chamamos banausas e mercenárias tais artes, quantas fazem o corpo ser pior disposto, e essas operações; pois tornam a mente sem lazer e deprimida.*

1108. *Ora, é próprio também de algumas ciências liberais participar delas até certo ponto, o que não é não-liberal. Mas aplicar-se muito, até a perfeição, está sujeito aos danos ditos. E há muita diferença também quanto àquilo por causa de que alguém faz ou aprende algo. Pois, por causa de si mesmo, ou dos amigos, ou por causa da virtude, não é não-liberal. Mas quem o faz por causa de outros muitas vezes parecerá agir de modo mercenário e servil. As disciplinas ora apresentadas que educam, como se disse antes, prestam-se a uma coisa ou outra.*

1109. *Ora, são quase quatro as coisas que costumam ensinar: as letras e a luta, e a música, e, em quarto lugar, alguns o desenho: e as letras e o desenho como sendo úteis para a vida e muito bons, a luta como conferindo à fortaleza.*

1110. *Mas acerca da música alguém, decerto, duvidará. Pois agora, na verdade, a maior parte participa dela por causa da deleitação; outros, porém, desde o princípio a instituíram na disciplina por causa da própria natureza buscar (o que muitas vezes foi dito) não só ter ócio retamente, mas também poder ter bem o ócio. Pois este é o princípio de todas as coisas, para que digamos de novo sobre ela.*

1111. *Pois se ambos são necessários, mas o ócio é mais preferível do que a ocupação; e semelhantemente se deve indagar o que fazendo é preciso ter ócio: não, portanto, brincando; pois o brincar seria então o fim necessário da nossa vida. Mas se isso é impossível, e antes é nas ocupações que se devem usar os jogos, pois quem trabalha necessita de repouso, e o jogo existe em razão do repouso, ao passo que a ocupação ocorre com trabalho e fadiga, por causa disso é preciso introduzir os jogos observando o tempo para o seu uso, como quem os administra a título de remédio. Pois tal relaxamento do movimento da alma é repouso, e, por causa do deleite, descanso.*

1112. *Ora, o próprio ócio parece ter em si deleite e o viver bem-aventuradamente; isto, porém, não se encontra nos que estão ocupados, mas nos que têm ócio. Pois quem está ocupado não tem ócio em razão de algo como*

não existente. A felicidade, porém, é o fim, o qual todos julgam existir não com tristeza, mas com deleite. Contudo, não põem todos este mesmo deleite, mas cada um segundo si mesmo e segundo o seu próprio hábito, e o melhor... (Faltando aqui a versão antiga, substituímo-la pela mais recente)

1113. *[Assim, é manifesto que é preciso aprender também algumas coisas para passar o tempo no ócio, e ser instruído, e que estas instruções e disciplinas existem em razão de si mesmas. Aquelas, porém, que se ordenam à ocupação, existem como necessárias e em razão de outras coisas.*

1114. *Por isso os antigos colocaram a música entre as disciplinas, não como coisa necessária. Pois nada tem de tal, nem de útil, como as letras servem para o lucro, para a administração doméstica, para os estudos e para as muitíssimas ações civis. Também a perícia do desenho parece ser útil para julgar melhor as obras dos artífices. Nem serve como a ginástica para a saúde e o vigor; pois nada disso vimos provir da música. Resta, pois, que sirva para passar o tempo no ócio; para o que também parece que ela é empregada; pois aquilo que julgam ser o passatempo dos homens livres, nisso os instruem.*

1115. *Por isso Homero, em seu poema, diz assim: Mas que coisa é ser chamado a uma mesa suntuosamente preparada. Depois, nomeando alguns outros, acrescenta também o citaredo, que a todos encanta. E em outro lugar diz Ulisses que a melhor maneira de passar o tempo é quando, estando os homens alegres, os convivas ouvem o citaredo, sentados em ordem.*

1116. *Portanto, que exista alguma disciplina que os filhos devem ser ensinados não como útil nem como necessária, mas como liberal e honesta, é manifesto. Se, porém, ela é uma em número ou muitas, e quais são estas, e de que modo, dir-se-á depois. Por ora, apenas fique isto pressuposto: que temos, junto aos antigos, um testemunho dentre estas disciplinas que mencionamos; pois a música o manifesta.*

1117. *E também, quanto às coisas úteis, que os meninos devem aprender algumas não apenas por causa da utilidade, como é claro nas letras, mas também por causa de muitas outras disciplinas que se aprendem por meio das letras.*

1118. *Semelhantemente, a perícia do desenho, não para que não sejam enganados ao vender e comprar vasos, mas antes porque faz contemplar a beleza dos corpos. Pois buscar em toda parte a utilidade de modo algum convém aos homens magnânimos e livres.*

1119. *Sendo, porém, manifesto se a disciplina deve ser transmitida pelos costumes ou pela razão, e se primeiro em torno do corpo ou em torno da mente, fica claro do que foi dito que os adolescentes devem ser entregues à ginástica e*

à pedotríbica, das quais uma produz certa disposição do corpo, a outra as operações.

1120. *Ora, as cidades que mais parecem ter cuidado dos meninos, em parte se empenham em induzir neles a compleição dos atletas, com o que deformam os corpos e impedem o seu crescimento. Os lacônios, quanto a isto, não erram, mas tornam ferozes os adolescentes por meio de trabalhos, como se isto fosse sobretudo útil para a fortaleza.*

1121. *Contudo, como já dissemos muitas vezes, aquele que cuida da educação não deve olhar para uma só virtude, nem sobretudo para esta.*

1122. *E ainda que olhem para esta, não a conseguem, pois nem nos outros animais nem nos povos vemos a fortaleza estar presente sobretudo nos mais ferozes, mas antes nos mais mansos e de costumes leoninos. E há muitos povos que se lançam à matança de homens e ao devorá-los, como, em torno do Ponto, os aqueus e os eníocos, e, dentre os do interior, outros povos semelhantes a estes ou mais, os quais povos furtivamente saqueiam por meio de emboscadas, mas para as obras bélicas nada valem].*

1123.*...prevalecendo sobre os outros. Agora, porém, são inferiores aos outros tanto nos combates de luta quanto nos bélicos; pois não diferiam por isto, por exercitarem os jovens desse modo, mas apenas por se empenharem contra os que não se aplicavam a isso.*

1124. *Por isso é preciso combater de antemão pelo que é bom, mas não pelo que é feroz. Pois nem o lobo, nem qualquer outra das feras enfrentaria algum perigo bom, mas antes o homem bom. Ora, os que demasiado abandonam os meninos a isto, e os que os deixam sem pedagogo nas coisas necessárias, tornam-nos vis e, quanto à virtude, úteis à cidade para uma só obra, e nisso piores que os outros, como diz o discurso.*

1125. *Não se deve, porém, julgar pelas obras anteriores, mas por aquelas de agora. Pois agora têm disciplinas contra os que combatem, ao passo que antes não as tinham.*

1126. *Portanto, que se deve usar a luta, e de que modo se deve usá-la, está reconhecido; pois até a puberdade devem-se aplicar exercícios mais leves, rejeitando o alimento forçado e os trabalhos que se ordenam à necessidade, para que não haja nenhum impedimento ao crescimento. E não é pequeno sinal de que estas coisas podem produzir tal efeito. Pois, entre os vencedores olímpicos, alguém encontraria dois ou três varões que venceram os mesmos, tanto como varões quanto como meninos, porque os exercícios forçados retiram dos jovens, contra a vontade deles, a potência das forças necessárias.*

> ***1127.*** *Quando, porém, depois da puberdade, por três anos, se dedicam a outras instruções, então convém submeter a idade seguinte tanto aos trabalhos quanto aos alimentos secos. Pois não se deve trabalhar ao mesmo tempo com o intelecto e com o corpo; pois cada um desses trabalhos é por natureza apto a produzir o efeito contrário, impedindo um ao outro: o trabalho do corpo impede o intelecto, e o deste impede o corpo.*

Depois que o Filósofo declarou de que modo e por quais meios os jovens devem ser dispostos e educados quanto ao corpo, e até o fim da terceira idade, a qual, segundo ele, termina no fim do sétimo ano, agora pretende declarar de que modo devem ser instruídos e dispostos quanto ao intelecto nas duas idades seguintes, que terminam no fim do vigésimo primeiro ano; e, segundo a ordem antes proposta, este livro divide-se primeiramente em três partes. Pois, primeiro, mostra que é preciso ter cuidado dos meninos quanto à disciplina na cidade ótima. Segundo, quando diz, ora, uma vez que, declara que ela deve ser comum. Terceiro, quando diz, qual, porém, seja, declara qual seja ela e de que modo devem ser instruídos nela. Quanto ao primeiro, primeiro apresenta a sua conclusão, dizendo que ninguém que tenha reto uso da razão duvida de que ao legislador que cuida do bem comum da cidade deve, sobretudo, competir ocupar-se em torno da disciplina e da boa disposição dos jovens. Depois, quando diz, pois o costume, prova isto por uma razão. Segundo, quando diz, além disso, por outra. Na primeira parte pretende esta razão. O legislador deve ocupar-se e ter cuidado daquilo que, não feito nas cidades, prejudica e corrompe as repúblicas: pois deve sobretudo visar o bem e a salvação da república. Ora, não cuidar da boa disposição dos meninos e deixá-los acostumar-se naquilo que querem prejudica e corrompe a república. E a explicação disto é que convém a quem governa a cidade acostumar e dispor os futuros cidadãos a cada república segundo o modo que lhe convém, como a matéria à forma. Pois o costume de cada república e a disposição conveniente são o princípio de instituir a república e de conservá-la instituída, assim como a boa preparação da matéria para a forma é o princípio de educir aquela forma ao ser e de conservá-la, uma vez eduzida; como vemos que o costume popular é o princípio de instituir e salvar o estado popular, e o costume de poucos, o estado de poucos poderosos, e semelhantemente nos outros. E sempre o melhor costume é o princípio da instituição e da salvação, ou conservação, da melhor república, assim como a disposição mais excelente da matéria é o princípio da geração da forma mais excelente. Do que é manifesto que a boa disposição e o costume dos jovens em ordem à república a institui e a salva; pelo que, ao contrário, a indisposição deles e a negligência quanto a isto a destroem e a corrompem. Por isso, o legislador deve cuidar da boa disposição, ou disciplina, dos meninos.

Depois, quando diz, além disso, apresenta a segunda razão; dizendo que, além disso, assim como se dá nas outras potências e artes operativas a respeito das operações, assim se dá nas virtudes políticas e na ciência política a respeito das ações políticas. Ora, dá-se nas outras potências e artes que a todas deve preexistir alguma boa disposição da matéria, ou alguma instrução, ou algum hábito. Isto também vemos nas ciências especulativas: pois toda arte e toda doutrina raciocinativa provém de um conhecimento preexistente; e semelhantemente nas operativas, como na arte de tocar flauta: pois quem deve tocar flauta corretamente acostuma-se primeiro em certos prelúdios e rudimentos; e assim também nas outras. Pois é preciso que a matéria esteja bem disposta para a ação, porque os atos dos agentes se realizam no paciente bem disposto. Por isso, nas virtudes e na

ciência política é preciso, para a futura ação reta, ser instruído de antemão, ser habituado e disposto em certas coisas; e disto deve cuidar o legislador, a quem cabe visar o bem e a salvação da república.

Depois, quando diz, ora, uma vez que, querendo provar que é preciso ter cuidado comum dos meninos, prova primeiro que, de todos, na cidade, deve haver uma só disciplina, pretendendo esta razão. De todos aqueles que têm um só fim por si, há uma só disciplina acerca das coisas que se ordenam ao fim, porque a noção daquilo que é para o fim se toma do fim; e daqueles cuja noção é uma, também a disciplina é uma, enquanto tais. Ora, de todos os que vivem na cidade segundo uma só república há um só fim, a saber, o fim da república. Portanto, é manifesto que, de todos, deve haver, por necessidade, uma só e mesma disciplina.

Depois, quando diz, e o cuidado disto, prova que é preciso ter destas coisas um cuidado comum quanto à disciplina. E, primeiro, por razões. Segundo, quando diz, louvará, por exemplo. Quanto ao primeiro, apresenta duas razões, das quais, tocando a primeira, diz que da disciplina dos meninos o legislador deve ter um cuidado único e não dividido, como agora, em algumas cidades, cada um cuida dos próprios meninos segundo o que lhe parece, instruindo-os à parte com a disciplina própria que a cada um parece útil, um numa, outro noutra. E a razão disto é que, daquelas coisas cuja disciplina é uma e comum, convém fazer cuidado e empenho comuns, para que o cuidado seja proporcional à disciplina. Ora, de todos na cidade há uma só disciplina, e uma e a mesma noção, como se provou antes. Logo, de todos se deve fazer um cuidado comum e o mesmo quanto àquelas coisas.

Depois, quando diz, ao mesmo tempo, apresenta a segunda razão, que é a seguinte. O cuidado da parte e a sua disposição devem ser segundo a relação com o todo: quer porque a parte existe por causa do próprio todo, quer porque tem a sua noção e o seu ser a partir dele. Ora, juntamente com o que foi dito, deve-se entender que cada cidadão não é somente de si mesmo, nem existe em razão de si, mas todos são da cidade e existem em razão dela; logo, o cuidado de cada um dos cidadãos e a sua disposição devem ser feitos segundo a relação com toda a cidade e com o bem dela. Portanto, os jovens devem ser cuidados e dispostos segundo o mesmo modo pelo qual toda a cidade é cuidada e disposta para o bem comum. Ora, destas coisas se deve fazer um cuidado comum; logo, também dos jovens.

Depois, quando diz, louvará, manifesta o mesmo por um exemplo; dizendo que razoavelmente poderá alguém louvar os lacedemônios, que são tidos por bem governar nisto, pois dedicam o máximo cuidado e empenho à disciplina dos meninos, e isso não privadamente, mas em comum, julgando bem que a boa disposição comum dos meninos induziria, consequentemente, a uma boa república. Portanto, que o legislador deve cuidar e estabelecer leis acerca da disciplina dos jovens, e que este cuidado e esta disciplina a respeito dela devem ser comuns, é manifesto pelo que foi dito.

Depois, quando diz, qual, porém, declara qual seja aquela disciplina e de que modo devem ser instruídos nela. E quanto a isto, primeiro apresenta o intento e a necessidade da consideração a respeito dele. Segundo, quando diz, que, portanto, prossegue. Na primeira parte diz que ao governante da cidade não deve passar despercebido qual seja esta disciplina comum dos meninos, e de que modo e até onde convém que os meninos sejam instruídos nela. E a razão disto é que

muitos duvidam a respeito dela, como aparece pelas obras e pelas diversas opiniões acerca dela; pois nem todos opinam que os meninos devam ser instruídos nas mesmas disciplinas, nem em ordem à virtude, nem em ordem ao mesmo ótimo; mas uns numa, por exemplo na judicativa ou retórica, outros noutra, por exemplo na medicativa, ou na de exercícios, ou coisa do gênero. Nem sequer é manifesto a todos se convém mais que eles sejam instruídos ou habituados naquilo que pertence ao intelecto, por exemplo nas virtudes intelectuais, ou naquilo que pertence ao costume da alma, isto é, nas virtudes morais, que estão na parte apetitiva dela. Além disso, a consideração acerca da disciplina que se ordena à vida ativa está cheia de perturbação: a saber, qual seja a ótima, à qual mais se deve visar; pois diversos põem coisas diversas, segundo constituem para si diversos fins nas coisas agíveis. Ademais, não é manifesto se mais se deve empenhar em torno das operações da vida ativa, ou em torno daquilo que tende à virtude que é o princípio dela, ou em torno do supérfluo, por exemplo em torno dos deleites sensíveis não necessários; pois diversos opinam a respeito disto coisas diversas, e cada um destes tem os seus próprios juízes. Além disso, acerca das virtudes, qual seja a principal, nada dizem concordemente; pois nem todos honram a mesma como mais principal, mas uns uma, outros outra. Portanto, uma vez que a respeito destas coisas diversos julgam diversamente, e, segundo a diversidade da estimação, segue-se a diversidade do empenho, razoavelmente se diversificam quanto ao empenho nestas coisas; pois cada um se empenha e visa àquilo que estima melhor e mais possível para si. Por isso, razoavelmente se deve considerar qual seja toda a disciplina em torno da qual se deve empenhar, como em torno do ótimo, para os meninos.

Depois, quando diz, que, prossegue. E, primeiro, declara em universal em quais coisas devem ser instruídos, a saber, nas úteis e liberais. Segundo, quando diz, ora, são quatro, declara mais determinadamente quais sejam elas. Quanto ao primeiro, primeiro mostra que devem ser instruídos nas úteis e liberais. Segundo, quando diz, há também algumas, declara até o quê e em razão de quê. E quanto ao primeiro deve-se entender que é livre o homem que é causa de si mesmo, tanto na razão de causa movente quanto na razão de fim, como se disse antes. Na razão de movente, quando é movido por aquilo pelo qual é homem e que é o principal nele, por exemplo pelo intelecto, prejulgando e ordenando o modo e a razão de agir. E na razão de fim, quando é movido para o bem e o fim dele mesmo segundo aquilo mesmo que é o principal nele segundo o intelecto; e é tanto mais livre segundo a natureza quanto mais é apto por natureza a ser movido por aquilo que é o mais principal nele, e para o fim e o bem dele segundo aquilo mesmo. Ora, diz-se servo o homem que não é apto por natureza a ser movido, por causa da indisposição da matéria, pelo próprio intelecto, pelo qual é determinado, mas pelo intelecto e pela razão de outro; nem tampouco opera em razão de si, mas em razão daquele outro. E quanto menos é apto a ser movido por si e mais por outro e para o fim de outro, tanto mais é servo. Ora, para que seja movido por outro e aja para o fim de outro, requer-se o vigor corporal. E isto razoavelmente acontece; porque, onde falta a virtude do intelecto e da forma, sobra a virtude do corpo e da matéria. E por isso disse Aristóteles no primeiro deste livro que os que vigem em intelecto, ainda que faltem em corpo, são por natureza senhores dos outros; ao passo que os robustos de corpo, faltos de intelecto, são por natureza servos.

E segundo isto foi chamada pelos antigos ciência livre, ou liberal, aquela pela qual o homem, por si, é disposto segundo o intelecto para o fim próprio. Ora, aquela pela qual é disposto em ordem ao bem do corpo por si e aos bens exteriores é servil, porque se ordena ao bem dele enquanto deve servir no homem, como a mecânica, porque de certo modo faz o intelecto adulterar em torno

daquilo que não lhe é próprio enquanto tal. E, entre as livres, é livre no máximo aquela que imediatamente dispõe o intelecto para o fim ótimo; por exemplo, aquela em cuja operação consiste a felicidade; e aquela que mediatamente dispõe o intelecto para ele, menos; como as ciências posteriores, nas quais o saber acontece ordenar-se ao saber na ciência superior, ainda que aconteça buscá-lo por si mesmo. E é a menos liberal entre as especulativas aquela na qual menos se busca o saber por si, e que por mais intermediários se ordena ao bem último do homem. Semelhantemente, entre as servis, é mais serva aquela na qual mais se deprime o intelecto ou a razão em torno das coisas mais úteis e mais estranhas ao homem enquanto homem; como aquela que se ordena aos bens exteriores mais do que aquela que se ordena ao bem do corpo. Contudo, ainda que da liberal no mais alto grau não aconteça usar mal quanto ao uso por si mesmo dela, todavia das posteriores e menos liberais, mesmo quanto ao uso delas por si, isso acontece. Assim como, em torno do fim último do homem, absolutamente, não acontece portar-se mal; ao passo que naquelas coisas que são para ele acontece por vezes usar mal. E isto acontece quando, pela consideração ou pelo exercício nelas, alguém é retirado, ou do fim, ou daquilo que é mais próximo do fim; como acontece que, pela consideração em alguma ciência posterior a respeito de algo menos cognoscível, alguém é retirado da consideração na primeira a respeito do máximo cognoscível.

Visto isto, portanto, supondo Aristóteles que convém que os meninos sejam instruídos nas disciplinas úteis ao fim, como é manifesto, prova que não em todas as úteis, mas nas liberais; dizendo que é manifesto por si que convém que os meninos, numa cidade bem ordenada, sejam instruídos nas disciplinas úteis ao fim da república: pois aquelas coisas que se ordenam a algum fim convém sejam preparadas e dispostas para ele. Ora, os meninos devem ser ordenados ao fim da república; e a disciplina e a instrução são certas preparações deles para ele. E que não convém que eles sejam instruídos em todas as úteis universalmente, mas somente nas úteis e liberais, é manifesto, distinguindo-se as disciplinas em liberais, que por si dispõem o intelecto para o fim, e iliberais, que por si se ordenam ao bem do corpo, como se disse. Mas de tais disciplinas convém que eles participem de quaisquer que, do número das úteis ao fim, por si fazem mercenário o participante. Ora, deve-se entender por operação, arte e doutrina mercenária quaisquer que dispõem mal e inutilmente os corpos dos livres, ou a alma, ou mesmo o intelecto, para os usos e ações das virtudes morais e intelectuais, ou mesmo para o uso da virtude perfeitíssima que é a felicidade; pelo que também chamamos úteis, em sentido baixo, tais artes, quaisquer que dispõem pior o corpo para tais artes, e em cujas operações o intelecto é absorvido, como as artes forenses, ou também as artes em que o corpo se macula, porque, pelo uso delas, tornam a mente não disponível em torno daquilo que é bom para ela por si e a deprimem para aquilo em que não se encontra a perfeição dela segundo si mesma.

Depois, quando diz, há também, declara até o quê e em razão de quê é preciso ser instruído e habituado nas liberais; e diz que, embora a instrução e o uso da primeira e principal virtude devessem ser buscados por muito que fosse e sem termo, todavia participar de algumas ciências liberais, por exemplo daquelas cujo uso se ordena a um uso mais excelente, até certo termo, não é iliberal. Ora, exercitar-se nelas contínua e assiduamente até uma perfeição qualquer é muito nocivo, por causa dos danos mencionados; a saber, porque a inflamação e a consideração contínua nelas retira, ou absolutamente ou em parte, do uso da ótima virtude. E, além disso, é manifesto que estas ciências e o uso delas se ordenam a um fim ulterior. Ora, ainda que o apetite do fim seja infinito, todavia o apetite daquilo que se ordena ao fim não é infinito, mas determinado pelo fim. E

por isso ser instruído e considerar nelas até certo ponto é liberal, a saber, enquanto são úteis ao fim, e não além. Mas há muita diferença quanto ao fim para o qual alguém aprende ou se exercita nelas. Pois, se é pelo ato da virtude mais excelente de si mesmo, não é mau nem iliberal; ou se é também pelo bem da virtude de alguns amigos, porque o amigo é como que outro eu mesmo. Mas se alguém as aprende e opera nelas frequentemente por causa de outros, para daí obter proveito e utilidade segundo os bens exteriores, como muitos dos juristas e dos médicos fazem, será mercenário e servil. Pois se disse antes que é disciplina servil aquela que se ordena ao corpo e aos bens exteriores com depressão do intelecto. E diz quem faz isto frequentemente por causa de outros, porque por vezes é bom usar de tais ciências em favor de outros, às vezes pelo bem de outros apenas, sem utilidade própria, como quando os que têm necessidade não podem ser ajudados oportunamente por si ou por outros; às vezes também pela utilidade própria, para obter um lucro razoável, contudo segundo o que é útil ao fim e ao bem segundo o intelecto, não deprimindo o próprio intelecto no seu uso. Portanto, as disciplinas ou instruções mencionadas prestam-se a ambos, porque acontece usá-las bem em ordem ao fim e mal, como se disse.

Em seguida, quando diz, ora, são, declara determinadamente quais são as ciências convenientes aos meninos. E, primeiro, as enumera de antemão. Segundo, quando diz, quanto à música, declara em razão de quê e de que modo devem ser instruídos nelas. Na primeira parte diz que quase quatro são as disciplinas que os jovens costumam aprender nas cidades que são bem governadas: a saber, a disciplina das letras, isto é, a gramática ou racional universalmente, e a luta, e a música, e a arte do desenho, que é comum à pintura e à escultura, como muito úteis às operações da vida humana, e muito boas segundo si mesmas, enquanto nelas de algum modo se aperfeiçoa o intelecto. A ginástica é útil como coisa que contribui para a fortaleza e o vigor dos jovens.

Depois, quando diz, quanto à música, declara em razão de quê e de que modo devem ser instruídos nelas. E, primeiro, faz isto. Segundo, quando diz, quanto à música, porém, retorna a investigar acerca da música, para que mais apareça a verdade sobre ela. Quanto ao primeiro, primeiro mostra por que e em razão de quê os meninos devem ser instruídos na música. Segundo, quando diz, além disso, em razão de quê na disciplina das letras. Terceiro, quando diz, e também acerca das úteis, em razão de quê na figurativa. Quarto, quando diz, semelhantemente, em razão de quê e até o quê e de que modo na ginástica. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que se disse. Segundo, quando diz, que, portanto, recolhe o que foi dito. Quanto ao primeiro, ainda, primeiro mostra que há certas ciências que convém aprender por causa do deleite no ócio. Segundo, quando diz, por isso a música, etc., a partir disto conclui que a música deve ser aprendida por causa do deleite no ócio, não por causa da utilidade. Quanto ao primeiro, ainda, primeiro toca que a ocupação existe em razão do ócio. Segundo, quando diz, assim é manifesto, etc., a partir do que foi dito conclui o seu propósito. Ademais, na primeira parte mostra que a ocupação existe em razão do ócio que tem deleite segundo si mesmo. Segundo, quando diz, pois se por ambos, etc., que o ócio que está no repouso tem por si a razão de fim, e deve ser buscado não por causa de outra coisa. Terceiro, quando diz, ora, o ócio, etc., mostra que o ócio naquilo que pertence ao intelecto tem deleite segundo si mesmo e razão de fim. Na primeira parte diz que, quanto à disciplina da música, em razão de quê os jovens devem ser instruídos nela, alguém duvidará por causa da diversidade que ocorre a respeito dela. Pois alguns participam dela por causa do deleite que está no sentido. Com efeito, o som musical move proporcionalmente a audição, cuja apreensão é seguida por um deleite sensível; assim participam dela os rústicos. Outros, porém, a instituíram como certa disciplina, a saber, por causa do conhecimento das proporções e da especulação das

próprias harmonias; por isto, porque a natureza humana, segundo o intelecto, apetece, como muitas vezes se disse, não apenas não ter ócio, isto é, realizar retamente as operações extrínsecas, mas também poder bem ter ócio, isto é, tendo ócio das operações exteriores, ocupar-se em torno da especulação. Pois a especulação do primeiro inteligível tem a razão de primeiro princípio nas operações. É, com efeito, o último fim do homem, como se disse antes. Pois, ainda que ambos sejam preferíveis, a saber, não ter ócio, isto é, ocupar-se com as operações exteriores, e ter ócio, isto é, ocupar-se com as interiores, todavia o ócio tem mais a razão de preferível e de bem do que a ocupação. Deve-se, portanto, buscar algum ócio como fim de todas as outras coisas que é preciso fazer em razão dele, como a guerra por causa da paz. E isto foi suficientemente mostrado antes, e no décimo da Ética.

Depois, quando diz, pois se, porque talvez alguém acreditasse que, uma vez que no jogo há certo deleite deleitável, o próprio jogo teria a razão de fim, em razão do qual as outras coisas deveriam ser buscadas. E por isso mostra o contrário disto; dizendo que, embora a ocupação deva ser escolhida por causa do ócio, todavia não por causa daquele que exercemos brincando. Pois, se assim fosse, então o jogo e o exercício nele seriam o fim da nossa vida. Uma vez que, portanto, isto é impossível, pois o jogo é trabalhoso, e muitas vezes acompanhado de tristeza e dano, é manifesto que é inconveniente que o fim da ocupação seja o jogo; e é manifesto que mais se deve visar aos jogos nas ocupações, para que mais possam operar; porque quem trabalha ao operar necessita de repouso para a restauração e a salvação das forças. Pois, de tudo aquilo que tem um tempo determinado para realizar a operação, se o exceder, é necessário que enfraqueça, como o Filósofo diz no livro Do sono; por isso necessita do relaxamento dele. Ora, o jogo existe em razão do repouso, ou é certo repouso. Mas operar as operações exteriores ocorre com trabalho e fadiga, quer por causa do movimento dos membros fora da natureza, quer por causa do consumo dos espíritos. E por isso é preciso introduzir os jogos observando o tempo e o lugar oportuno, e as outras circunstâncias para o uso deles, como se conduzissem ao repouso, e sejam buscados como que em razão do remédio, isto é, da medicina. Para que, assim como a medicina, sendo amarga, conduz à saúde, assim também o jogo, ainda que seja acompanhado de tristeza e trabalho, conduza à restauração das forças. Pois o relaxamento do movimento trabalhoso da alma, por causa do deleite consequente, é certo repouso das forças da alma. Assim, pois, o ócio que está no jogo não tem a razão de fim, mas antes é buscado por causa do repouso da fadiga que está na operação. E tal repouso é buscado por causa da própria operação.

Depois, quando diz, ora, o ócio, mostra que no ócio, nas operações em torno das coisas especuláveis, está a felicidade e o deleite segundo si; dizendo que a operação em torno das coisas especuláveis tem segundo si mesma deleite e felicidade e vida bem-aventurada, como se mostrou antes. Ora, viver bem-aventuradamente não se encontra na ocupação, mas antes no ócio. Pois quem está ocupado, isto é, quem exerce operações exteriores, opera em razão de algum fim que não está naquela operação, mas em alguma ulterior. Como quem faz a guerra opera por causa da paz, e quem corre no estádio corre por causa do prêmio. Ora, a felicidade perfeita tem a razão de fim último, a qual não é com tristeza, mas com deleite excelentíssimo. Pois a operação excelentíssima é seguida pelo deleite excelentíssimo. Uma vez que a operação por si é seguida pelo deleite. Mas esta felicidade e operação nem todos a põem como a mesma, mas diversos põem coisas diversas, segundo a diversidade das estimações e dos hábitos. Pois cada um põe ser felicidade a operação segundo o hábito que estima perfeitíssimo, e o deleite próprio a ela. Segundo a verdade, porém, a operação que é segundo o hábito excelentíssimo é a felicidade; e o deleite

consequente a ela é o excelentíssimo. Ora, aquele hábito é o ótimo, que é segundo a virtude perfeitíssima e a respeito do objeto perfeitíssimo. Pois por estes dois se determina, a saber, pela potência e pelo objeto.

Depois, quando diz, assim é manifesto, conclui do que foi dito que há algumas disciplinas a serem buscadas por causa do deleite que está no ócio; dizendo que, porque no ócio consiste a felicidade, que tem a razão de fim, e o deleite máximo, como se disse. Ora, aquelas coisas que são para o fim devem ser buscadas por causa dele e do deleite que nele está; e se há algumas disciplinas ou instruções ordenadas à felicidade por si, é manifesto que é preciso, para o ócio que está na contemplação e para o deleite que nele está, aprender certas disciplinas e ser instruído nelas, e que estas existem em razão de si mesmas, como boas segundo si mesmas, ainda que valham para a felicidade. Ao passo que aquelas que se ordenam à ocupação, ou às operações exteriores, ou às obras exteriores, são necessárias, ainda que não absolutamente boas segundo si mesmas; assim como os bens extrínsecos aos quais se ordenam são necessários à vida, como certos instrumentos ou matéria, e não absolutamente bons segundo si mesmos.

Depois, quando diz, por isso a música, declara, a partir do que foi dito, que a música deve ser aprendida por causa da instrução e do deleite, não como necessária. E, primeiro, declara isto por razão. Segundo, quando diz, por isso Homero, etc., pelas palavras de Homero. Na primeira parte diz que, por causa do que foi dito antes, os antigos disseram que a música deve ser buscada por causa da instrução e do deleite que está no ócio, e não por causa de alguma utilidade extrínseca. Pois é necessário buscar a música, ou por causa da necessidade dos bens extrínsecos, ou por causa do deleite que está no ócio, e não por causa de alguma utilidade extrínseca. Pois toda ciência é buscada ou por isto ou por aquilo. A especulativa, por causa do deleite que está no ócio; a prática, por causa da obra. Mas ela não deve ser buscada por causa de algo necessário ou útil extrínseco. Pois não é por si útil para a aquisição de dinheiro, ou para a administração doméstica, como a ciência das letras é útil a estas, e ao ensino de outras, e a muitas ações políticas; nem tampouco é útil, como parece ser útil a figurativa, para julgar retamente as obras dos artífices, para que não sejam enganados. Nem tampouco é útil para a saúde e o vigor por si, como a luta. Pois a música não faz por si nenhuma destas coisas, ainda que às vezes o faça por acidente; logo, resta que ela deva ser aprendida por causa do saber e do passatempo que está no ócio, ao que os antigos sábios a ordenaram. Pois o deleite que creem ser dos livres, e no qual dizem que eles se exercitam, faz-se por meio da música, ordenando-a a isto.

Depois, quando diz, por isso Homero, declara isto por três ditos de Homero, que apresenta imperfeitamente. Diz, portanto, que, por causa do que foi dito, Homero, em certo verso, diz assim acerca dela, como que contrariando alguns que dizem ser ela necessária, dizendo que não é assim. Mas acontece deleitar-se nela por si, assim como ser chamado a um banquete é deleitável por si para muitos. E, novamente, em outro verso, dizendo que há alguns outros que dizem que a natureza cantante, isto é, a música, é muito deleitável, como deleitando a todos. E em outros versos introduziu Ulisses dizendo ser esta a melhor delícia dos homens, alegrando-se eles no banquete, se ouvem cantilenas musicais de um citaredo, estando eles, digo, sentados. Ora, no primeiro dito diz ela ter todo deleite absolutamente. No segundo, deleite natural. No terceiro, o ótimo.

Depois, quando diz, que, portanto, recolhe o que foi dito, dizendo que, do que foi dito, é manifesto que há alguma disciplina na qual os meninos devem ser instruídos, não como em algo útil ou necessário por causa dos bens extrínsecos, mas como em algo liberal e honesto segundo si mesmo. Se, porém, ela é uma ou muitas em número, e, se são muitas, quais são elas, e de que modo devem ser aprendidas, determinará depois. Por ora, apenas nos foi manifestado de antemão que temos, dos antigos, certo testemunho de que há algumas instruções dos meninos liberais e honestas segundo si, e que a música manifestamente opera isto.

Depois, quando diz, e também, declara em razão de quê deve ser aprendida a ciência das letras; dizendo que, além disso, é manifesto que os meninos devem ser instruídos em certas disciplinas úteis, não apenas por causa da utilidade das coisas exteriores que delas se segue, mas por causa de que valem para as ciências e para as ações liberais. Como na ciência das letras, que não apenas é útil para os bens extrínsecos, como se disse antes, e por isso deve ser aprendida, mas também porque, por meio dela, acontece fazerem-se muitas instruções em outras ciências, por exemplo aquelas que se fazem pelo ensino, ouvindo de outrem, o que não se dá senão pela linguagem significativa, cuja significação e razão do modo de significar, e, ao mesmo tempo, a ordenação conveniente, ensina a referida ciência.

Depois, quando diz, semelhantemente, declara em razão de quê devem ser instruídos na figurativa. Dizendo que, ao mesmo tempo, convém que os meninos sejam instruídos na figurativa, que sob si contém a escrita e a pintura, ou também a escultura, não apenas para que não sejam enganados ao vender o que é próprio, mas também para que sejam inenganáveis quanto à compra e à venda de vasos universalmente, cujo valor, além daquele que é da matéria, se conhece pela referida arte, o que pertence à utilidade. Ou, antes, devem ser instruídos nela porque, por meio dela, mais podem considerar a beleza dos corpos, que consiste na devida proporção da quantidade dos membros entre si e em relação ao todo, e também em relação à cor, o que é bom e deleitável segundo si mesmo. E em razão disto devem ser mais instruídos os livres e os magnânimos. Pois buscar em todas as coisas a utilidade nos bens exteriores, e aquilo que neles é mais, não convém aos livres e aos magnânimos enquanto tais. Pois os livres são os que vigem em intelecto mais do que segundo o corpo. E por isso visam mais o bem segundo o intelecto do que segundo o corpo, e do que as coisas exteriores. Pois os magnânimos, por inclinação do ânimo e virtude do hábito, inclinam-se para as coisas máximas e mais honoráveis, que são os bens segundo o intelecto; e por isso, a respeito destas, desprezam os bens extrínsecos (donde diz o Filósofo no quarto da Ética que nem o bem-afortunado será alegre, nem o infortunado triste) e também o bem do corpo. Donde diz, no mesmo lugar, que ele é feitor de grandes coisas, e, quando se arrisca em grandes e boas, não poupa a vida; e por isso pertence ao livre e ao magnânimo buscar mais a preeminência nos bens que são segundo o intelecto do que nos bens exteriores, e, segundo o intelecto, amar mais a si mesmo, como o mesmo Filósofo diz no nono da Ética.

Depois, quando diz, sendo, porém, declara em razão de quê, e por quais meios, e de que modo devem ser exercitados na luta, ou agonística. E quanto a isto, primeiro manifesta em razão de quê. Segundo, quando diz, ora, agora, etc., de que modo e em quais combates. Primeiro, portanto, diz: uma vez que, do que se disse antes, já é manifesto se devem ser instruídos primeiro nos costumes que dispõem o apetite, ou naquilo que pertence ao intelecto, a saber, primeiro segundo o apetite, e também primeiro em torno do corpo do que em torno do intelecto; é manifesto que os meninos, nesta idade, devem ser entregues à luta e também à pedotríbica. Das quais a primeira produz uma

boa compleição do corpo para a fortaleza e para o uso das armas. A segunda, porém, bem dirige e regula as operações deles em ordem. Chama-se, porém, pedotríbica a disciplina pela qual o pedônomo dirige as operações dos meninos para a virtude, de paidos, que é menino, e tribe, que é exercício.

Depois, quando diz, ora, agora, primeiro declara em que tipos de combates devem ser instruídos. Segundo, quando diz, que, portanto, etc., em que ordem. E quanto ao primeiro, ainda, primeiro declara que não em trabalhos excessivos. Segundo, a partir disto conclui que devem antes ser instruídos em combates dignos e humanos, quando diz, por isso, o que é bom, etc. Prova o primeiro reprovando a opinião e o uso contrário. O qual primeiro apresenta. Segundo, quando diz, contudo, como, reprova. Na primeira parte diz que agora as cidades que mais parecem ter solicitude do bom hábito dos meninos induzem neles o hábito atlético, isto é, o hábito para o vigor de atleta, exercitando-os em operações trabalhosas, tirando a beleza dos corpos e impedindo o crescimento por causa do excesso de trabalho neles. Pois os lacedemônios, que tiveram grande cuidado deles, pecaram manifestamente neste pecado, tornando-os ferozes em tais operações, como se tal ferocidade contribuísse sobretudo para a fortaleza bélica.

Depois, quando diz, contudo, como, reprova o uso e a opinião destes. E, primeiro, por isto, por exercitá-los apenas para uma virtude. Segundo, quando diz, pois se ambos, etc., por que nem para aquela bem. Donde, na primeira parte, diz que as referidas cidades assim exercitavam os meninos por causa da fortaleza, ainda que seja manifesto, como se disse antes, que não convém que os que hão de bem governar sejam exercitados apenas para uma virtude, mas antes para todas. Pois, se é preciso ter todas as virtudes para a felicidade, como se provou; eles, porém, só os exercitavam para uma. Ademais, dado que baste ser exercitado sobretudo para uma, todavia não para esta que eles opinavam, a saber, para a fortaleza. Pois convém sobretudo exercitar-se para a ótima virtude. Ora, a ótima virtude não é a fortaleza, mas antes a justiça, ou a prudência.

Depois, quando diz, e ainda que para esta, mostra que nem para esta convenientemente os exercitavam, por duas razões, das quais apresenta a segunda quando diz, além disso, sabemos, etc. Na primeira diz que, ainda que convenha que os meninos sejam sobretudo exercitados para a fortaleza segundo a opinião deles, todavia não encontraram bem os combates e os modos de exercitar para ela, exercitando-os em obras que levam à crueldade e à falta de misericórdia, por exemplo em homicídios, rapinas e outras coisas do gênero. E isto aparece porque nem aqueles animais brutos alcançam mais a fortaleza segundo a verdade, os que são mais selvagens e cruéis, por exemplo o lobo ou o dragão, mas antes aqueles que têm costumes mais brandos e leoninos e estão mais habituados às coisas referidas, como o leão, que se diz ser o mais forte dos animais e ter muitas propriedades semelhantes às propriedades de certas virtudes. E certos cães, que também por isto se dizem nobres. Nem tampouco os povos que são mais cruéis e desapiedados têm mais a fortaleza segundo a verdade. Pois muitos se encontram que se inclinam, ou por certa natureza corrompida, ou por costume, a matar homens e comer carnes humanas. Como se dizem os aqueus e os eníocos, e os que habitam em torno do Ponto, como também os tártaros. Semelhantemente, também outros dos povos que não habitam junto ao mar, alguns são semelhantes aos referidos. Alguns, porém, há que se ordenam a fazer rapinas e latrocínios. E, contudo, todos estes participam pouco da fortaleza. Por isso, exercitar-se em tais obras pertencentes à crueldade não é exercitar-se para a fortaleza. Pois a verdadeira fortaleza é um hábito que consiste na mediania que está em torno dos temores e das audácias, tornando o

homem apto a suportar tanto os perigos quanto a morte quando é preciso, e onde, e em razão do verdadeiro bem; segundo a qual é preciso, às vezes, atacar alguns, às vezes fugir, às vezes matar e às vezes poupar. Ora, os exercitados em obras ferozes, ainda que sejam muito agressivos, todavia não o são em razão do bem, não considerando quando e onde é preciso, nem tampouco poupando a quem quer que seja.

Depois, quando diz, prevalecendo, apresenta a segunda razão; dizendo que, além disso, sabemos que os lacedemônios, enquanto se exercitaram em tais trabalhos, prevaleceram sobre os vizinhos, pelejando contra eles; agora, porém, são inferiores a certos outros vizinhos deles nos combates de luta e nos bélicos, não tendo a arte de lutar, nem o modo e a prudência de guerrear, como os outros têm. E por isso não dominam agora. Pois não diferiam antes dos outros, prevalecendo sobre eles, por isto por si, por exercitarem os meninos para hábitos ferozes. Mas porque, exercitados em tais hábitos, pelejavam com aqueles que absolutamente não se haviam aplicado a isso. Pois alguém às vezes prevalece sobre algum outro porque ele mesmo está exercitado para a peleja, e o outro não; ou por causa da inexperiência e do inexercício daquele sobre quem prevalece, ainda que o que prevalece não tenha a arte de guerrear. Agora, porém, os vizinhos deles estão exercitados na arte de luta e na bélica. E por isso prevalecem sobre eles, sendo eles ferozes, mas não exercitados nas referidas artes.

Depois, quando diz, por isso, o que, conclui do que foi dito que os meninos devem antes ser exercitados em combates humanos e nos ordenados à virtude. E, primeiro, faz isto. Segundo, quando diz, não se deve, porém, pelo próprio, etc., remove uma objeção que poderia ser feita. Primeiro, portanto, diz que, uma vez que as referidas cidades não educam convenientemente os meninos, exercitando-os em obras ferozes, é manifesto que é mais conveniente exercitá-los muito de antemão em combates e atos que levam ao bem do que em ferozes; porque nem o lobo, nem qualquer outra fera, por mais cruéis que sejam, se portariam bem ao enfrentar algum perigo bom. Semelhantemente, nem o homem que tem as propriedades deles, por causa do desvio da reta razão para o outro extremo; mas antes o homem estudioso, operando segundo a razão. Ora, quaisquer que permitem que os meninos se exercitem em tais coisas e sem pedagogo nas coisas necessárias tornam-nos sórdidos, isto é, deprimidos segundo o intelecto e mais voltados para o bem do corpo, e dispõem-nos, segundo a verdade, para uma só obra da república, por exemplo para o vigor do corpo, ainda que mais conviesse que estivessem dispostos para muitas coisas ou para todas. E, além disso, para aquela única coisa dispõem-nos muito pior do que os outros, segundo o que a razão ou o discurso disse antes. Mas, porque alguém poderia dizer que o exercício em coisas ferozes seria mais conveniente às cidades, uma vez que os antigos, exercitados em tais coisas, prevaleceram sobre os outros, como os lacedemônios, isto ele remove.

Em seguida, quando diz, não se deve, porém, dizendo que, acerca daquilo que convém às cidades e às repúblicas retas, não devemos julgar de todo pelas obras das cidades antigas e pelas disposições dos homens anteriores, mas antes por aquilo que se faz agora. Pois os antigos pelejavam contra os inexercitados e não habituados às armas, contra os quais não era necessário ter muito exercício e a arte deles, pois, pouco exercitados, podiam prevalecer sobre eles. Agora, porém, os homens estão mais exercitados nos combates e no uso das armas; e por isso as disciplinas e as instruções em tais coisas têm agora, contra tais homens, obra e lugar mais do que teriam antes.

Depois, quando diz, que, manifesta em que ordem devem ser exercitados nestas coisas. E, primeiro, mostra que, até a puberdade, devem continuamente ser instruídos nas mais fáceis. Segundo, quando diz, quando, porém, depois da puberdade, etc., que na idade seguinte devem ser exercitados nas mais intensas, e devem usar alimentos secos mais do que antes. Na primeira diz que, uma vez que do que foi dito é manifesto que os meninos devem ser exercitados na luta, que inclina para os hábitos morais das virtudes, também pode ser manifesto de que modo e em que ordem devem ser exercitados. Pois, até o fim da puberdade, devem ser exercitados em exercícios mais leves e mais moderados, rejeitando deles o exercício violento e os trabalhos que se ordenam à necessidade da vida, que pertencem aos servos; de modo que, pela violência, por tais coisas, não se faça algum impedimento ao crescimento e à boa disposição do corpo. Pois, por trabalhos imoderados, debilitam-se as forças e a compleição. Ora, o sinal de que exercitar-se nas mais fáceis vale para a boa disposição do corpo, ao passo que exercitar-se nas violentas o onera, é que, se supusermos que algum homem exercitado retamente antes encontre dois outros homens exercitados em coisas violentas na juventude, como entre os vencedores olímpicos, acontecerá que este vença aqueles homens já existentes perfeitos segundo a idade, ainda que meninos segundo a força; por causa de que os exercícios violentos e forçados tiraram de tais jovens, na primeira idade, a potência e o vigor.

Depois, quando diz, quando, porém, declara em quais coisas devem ser exercitados na idade seguinte; dizendo que, quando se tornam aptos a outras instruções mais fortes, por exemplo depois da puberdade, ou depois dos três anos seguintes, ou por aí, então convém exercitá-los em exercícios mais trabalhosos, convenientes, todavia, à idade; de modo que, assim como a natureza se aperfeiçoa cada vez mais, assim mais e mais se acrescente aos exercícios proporcionalmente; e então também convém administrar-lhes mais o alimento seco, que mais dispõe para a fortaleza. Mas deve-se acautelar que não se exercitem ao mesmo tempo naquilo que pertence à boa disposição do intelecto e ao bem do corpo por si. Pois contrariam-se mutuamente e operam coisas contrárias; e o trabalho no exercício corporal impede o intelecto, e o trabalho naquilo que pertence ao intelecto impede a disposição do corpo. E a razão disto é que, sempre que duas potências quaisquer se fundam em uma só substância, a intensidade no ato de uma afrouxa a operação da outra, porque toda virtude dividida é menor do que ela mesma unida. Ora, a potência para as operações corporais, por exemplo para o crescimento e a nutrição, e a potência intelectiva pertencem a uma só substância. E por isso a intensidade no ato de uma impede a outra.

Lição 2

Se o cidadão deve aprender música.

> ***1128.*** *Ora, acerca da música, já duvidamos de algumas coisas por razão e antes; convém, porém, também agora, retomando-as, expô-las, para que assim se faça uma entrada para os argumentos que alguém enunciará, discorrendo sobre ela.*
>
> ***1129.*** *Pois não é fácil discutir que potência ela tem, nem em vista de que se deve participar dela; se por causa do jogo e do repouso, como o sono e a embriaguez. Pois estas coisas, em si mesmas, nem são próprias dos homens sérios, mas são deleitáveis, e ao mesmo tempo fazem cessar a preocupação, como diz Eurípides; por isso também a ordenam, e usam de tudo de modo semelhante: o vinho, a embriaguez e a música; e nelas põem também a dança. Ou antes se deve julgar que a música tende de algum modo à virtude, como sendo capaz — assim como a ginástica torna o corpo de certa qualidade, também a música torna o caráter de certa qualidade, habituando a gozar retamente da recreação; ou também contribui em algo para a prudência, pois este deve ser posto como o terceiro dos ditos.*
>
> ***1130.*** *Que, portanto, não se deve educar os jovens por causa do jogo não é obscuro: pois os que aprendem não jogam, uma vez que o aprender se dá com tristeza.*
>
> ***1131.*** *Mas, na verdade, tampouco convém atribuir o lazer às crianças e às idades semelhantes, pois o fim não convém ao imperfeito.*
>
> ***1132.*** *Mas talvez pareça que o estudo das crianças, por causa do jogo, seja em vista dos homens já feitos e perfeitos. Mas, se é tal, em vista de que devem eles aprendê-lo, e não, como os reis dos persas e dos medos, que o fazem por meio de outros, receber deles o deleite e a erudição? Pois é necessário que executem melhor a obra aqueles que fizeram isso mesmo e possuem a arte, do que aqueles que se ocuparam apenas por tanto tempo quanto para aprender. Se, porém, devem eles próprios cultivar tais coisas, então também deverão preparar-se em torno do trabalho dos cozidos; mas isso é inconveniente.*
>
> ***1133.*** *E tem a mesma dúvida também quanto a se pode tornar melhores os costumes. Pois por que deveriam eles aprendê-la, se, ouvindo outros, podem gozar retamente e ser capazes de julgar, como os lacedemônios? Estes, com*

efeito, sem aprendê-la, podem contudo julgar retamente, segundo dizem, as melodias boas e as não boas.

1134. *E a mesma razão vale também, se se deve usar dela para uma boa ocupação duradoura e para o lazer liberal: por que deveriam eles aprendê-la, e não fruí-la enquanto outros a executam?*

1135. *É lícito considerar a estima que temos acerca dos deuses. Pois o próprio Júpiter não canta nem toca cítara segundo os poetas. Mas até chamamos de vulgares (banausos) tais pessoas, e o agir assim não é próprio de homem que não esteja embriagado ou brincando. Mas talvez sobre isso se deva considerar depois.*

1136. *A primeira questão é se não se deve pôr a música como disciplina, ou se se deve pô-la; e o que ela pode, entre os três pontos duvidosos: se disciplina, ou jogo, ou lazer.*

1137. *Razoavelmente, porém, ela se ordena a todas essas coisas e parece delas participar. Pois o jogo existe em vista do repouso. E o repouso necessariamente é deleitável, pois é uma espécie de remédio para a tristeza que vem dos trabalhos. E o lazer, é confessadamente preciso que tenha não só o que é bom, mas também o deleite, pois ser feliz consiste em ambas essas coisas. E dizemos todos que a música está entre as coisas mais deleitáveis, tanto existindo nua quanto com melodia. Pois diz Museu que cantar é para os homens a coisa mais deleitável; por isso, razoavelmente, a assumem nas reuniões e nos lazeres, como sendo capaz de alegrar. Por isso também, a partir daqui, alguém julgará que se deve educar os mais jovens nela.*

1138. *Pois quaisquer coisas deleitáveis que sejam inócuas convêm não só ao fim, mas também ao repouso. E, uma vez que aos homens acontece raramente estar no fim, mas frequentemente repousam e usam de jogos — não quanto ao mais, mas por causa do deleite —, será útil repousar nos deleites que provêm dela.*

1139. *Acontece, porém, aos homens fazer dos jogos o fim, pois talvez também o fim tenha certo deleite, mas não um deleite qualquer. Buscando, porém, este deleite, tomam aquele por este, porque tem certa semelhança com o fim da ação: pois o fim não é eligível em vista de nenhuma coisa futura, e tais deleites não existem em vista de nenhuma coisa futura, mas em razão do que já foi feito, dos trabalhos e da tristeza. Por essa causa, pois, buscam que a felicidade se produza por meio destes deleites; e com razão alguém julgará que esta é a causa.*

1140. *Quanto ao participar da música não só por esta causa, nem só porque é útil ao repouso, como parece: deve-se investigar se porventura isso de fato lhe*

acontece, mas se a sua natureza é mais nobre do que segundo a dita conveniência, e se é preciso participar dela não apenas com o deleite comum de que todos têm sensação (pois a música tem um deleite natural, razão pela qual o seu uso é agradável a todas as idades e a todos os costumes).

1141. *Mas deve-se ver se ela também contribui em algo para o caráter e para a alma. Isso, porém, ficará manifesto, se por meio dela nos tornamos de certa qualidade nos costumes.*

1142. *Mas que nos tornemos de certa qualidade é manifesto por muitas outras coisas, e não menos pelas melodias de Olimpo, pois estas, reconhecidamente, arrebatam as almas. E o arrebatamento é uma paixão do caráter que está em torno da alma.*

1143. *Além disso, todos os que ouvem as mutações se tornam compassivos, mesmo sem os ritmos e as próprias melodias.*

1144. *E, uma vez que acontece a música estar entre as coisas deleitáveis, e a virtude versa sobre gozar retamente, e amar, e odiar, é manifesto que nada se deve tanto aprender e habituar-se quanto a julgar retamente e a gozar dos costumes decentes e das boas ações.*

1145. *Há, porém, nos ritmos e nas melodias, semelhanças que se aproximam ao máximo das verdadeiras naturezas da ira e da mansidão, e ainda da fortaleza e da temperança, e de todos os contrários destas, e das demais qualidades morais. E isso é manifesto pelos efeitos, pois transmutamos a alma ao ouvir tais coisas.*

1146. *O costume de entristecer-se e alegrar-se com as coisas semelhantes está próximo de comportar-se do mesmo modo em relação à verdade: por exemplo, se alguém se alegra ao ver a imagem de algo, não por outra causa, mas pela própria forma, é necessário que a visão daquilo de que ele vê a imagem seja, em si mesma, deleitável para ele.*

1147. *Acontece, porém, que nos demais sensíveis não existe nenhuma semelhança com os costumes, por exemplo, nos tangíveis e nos gustáveis; mas nos visíveis, fracamente. Pois as figuras são de tal modo, porém em pequena medida, e todos participam de tal sentido. Além disso, estas não são semelhanças dos costumes, mas antes sinais: as figuras e as cores tornam-se sinais dos costumes, e isso se dá a partir do corpo nas paixões — mas não só. Contudo, quanto isso difere também no tocante à contemplação destas coisas: é preciso que os jovens contemplem não as obras de Páuson, mas as de Polignoto, e as de qualquer outro pintor ou escultor que seja moral.*

1148. *Nas próprias melodias, porém, há imitações dos costumes; e isso é manifesto: pois o caráter das harmonias difere por natureza, de modo que os que as ouvem se dispõem de maneira diversa e não se comportam do mesmo modo em relação a cada uma delas; mas em relação a algumas, de modo mais lamentoso e contraído, como em relação à que se chama mixolídia; em relação a outras, com espírito mais brando, por exemplo, em relação às harmonias relaxadas; e de modo intermediário e com a máxima constância, em relação à dória, que parece ser a única das harmonias a fazer isso; e arrebatados, em relação à frígia. Pois isso dizem bem os que filosofaram acerca desse tema, pois tomam os testemunhos de suas razões a partir das próprias obras.*

1149. *Do mesmo modo se comportam também as coisas relativas aos ritmos, pois uns têm um caráter mais estável, outros um caráter que move; e, destes, uns têm movimentos mais nobres, outros mais liberais.*

1150. *Por essas coisas, portanto, fica claro que a música pode tornar o caráter da alma de certa qualidade.*

1151. *É claro, pois, que se deve ensinar e educar os jovens nela. E é congruente à natureza uma pequena parcela do ensino musical, pois os jovens, por causa da idade, não suportam de bom grado nada que não seja deleitável. Ora, a música pertence por natureza às coisas deleitáveis; e parece haver certa afinidade com as harmonias e os ritmos. Por isso muitos dos sábios dizem, uns que a alma é harmonia, outros que ela tem harmonia.*

1152. *Se, porém, devem os mesmos aprender cantando e operando com as mãos, ou não, como se pôs em dúvida antes, deve-se agora dizer.*

1153. *Não é obscuro que faz muita diferença, para tornar-se de certa qualidade, se alguém participa por si mesmo das obras. Pois uma das coisas impossíveis ou difíceis é que aqueles que não participaram das obras sejam juízes competentes.*

1154. *Ao mesmo tempo, é preciso também que as crianças tenham alguma ocupação, e o chocalho de Árquitas, que dão às crianças para que, usando dele, não destruam nada do que há em casa. Pois o jovem não pode ficar quieto; este chocalho, portanto, é conveniente para os pequenos, entre os brinquedos, enquanto o ensino da música é como o chocalho para os maiores entre os jovens. Que, portanto, se deve educar na música de modo que dela participem todos, é manifesto por tais coisas.*

1155. *O que é decente e o que não é decente segundo as idades não é difícil determinar, e responder aos que dizem ser vulgar (banausa) essa ocupação.*

1156. *Pois, em primeiro lugar, uma vez que, em vista do juízo, é preciso participar das obras, por isso convém que, enquanto jovens, usem das obras, mas que, tornados mais velhos, deixem as obras e possam, contudo, julgar bem e gozar retamente, por causa da educação recebida na juventude.*

1157. *Quanto à censura feita, com que censuram a música como se ela tornasse vulgares (banausos), não é difícil respondê-la, considerando até que ponto devem participar das obras aqueles que se governam politicamente em vista da virtude política, e de quais melodias e de quais ritmos devem participar, e ainda em quais instrumentos se deve fazer a educação. Pois é verossímil que isso faça diferença. Nessas coisas, com efeito, está a solução da censura, pois nada impede que certos modos da música produzam o que foi dito.*

1158. *É manifesto, portanto, que a educação musical não deve nem impedir as ações posteriores, nem tornar o corpo vulgar (banausum) e inútil para os exercícios bélicos e políticos: quanto aos usos, desde já; quanto às eruditas aptidões, para depois. E isso aconteceria acerca da educação, se os que a recebem não elaborassem as coisas técnicas próprias dos que visam ao certame, nem as coisas admiráveis e supérfluas das obras que agora chegaram aos certames e, dos certames, passaram à educação, mas cultivassem tais coisas apenas até o ponto em que possam gozar das boas melodias e ritmos, e não só daquilo que é comum à música — como o são também certos outros animais, e ainda a multidão dos humildes e das crianças.*

1159. *É claro, por essas coisas, também de quais instrumentos se deve usar. Pois não se deve introduzir na educação as flautas, nem qualquer outro instrumento técnico, como a cítara e o que houver de tal espécie, mas apenas aqueles que tornem os próprios ouvintes bons, seja no exercício musical, seja em outro.*

1160. *Além disso, a própria flauta não é algo moral, mas antes algo que excita a ira. Por isso deve-se usar dela naqueles momentos em que a contemplação pode operar mais a purificação do que a educação.*

1161. *Acrescentemos, porém, que a ela acontece algo contrário à disciplina, e que a razão proíbe usar do toque da flauta. Por isso, com razão, os antigos reprovaram o seu uso pelos jovens e pelos homens livres, ainda que a princípio tivessem usado dela.*

1162. *Pois, tendo-se tornado mais ociosos por causa das riquezas e mais magnânimos em relação à virtude, e ainda antes e depois das guerras médicas, tornados sábios pelos seus feitos, todos buscavam a educação sem discernir nada, mas indo além em suas indagações. Por isso também introduziram o toque da flauta nas eruditas ocupações. Pois, com efeito, na Lacedemônia um certo condutor de coro tocou flauta para o coro, e em torno de Atenas isso de tal*

> *modo se difundiu que quase a maior parte dos homens livres dele participava. É claro, porém, pelo cartaz que colocou Trasipo, ao ter conduzido o coro para Eufântides. Depois, porém, foi reprovado pela própria experiência, sendo os homens mais capazes de julgar o que tende à virtude e o que não tende à virtude. De modo semelhante, também muitos dos instrumentos antigos, como os pectídios e os bárbitos, e os que produzem deleite aos ouvintes dos que deles usam — os heptágonos e os trígonos, e as sambucas, e todos os que requerem uma ciência manual.*
>
> ***1162.*** *E razoavelmente se comporta também aquilo que os antigos disseram sobre as flautas nas fábulas: pois dizem que Palas, tendo inventado as flautas, as lançou fora; e não é mau dizer que ela fez isso por causa da deformidade do rosto, que contristava a deusa; mas não só isso, e sim, mais verossimilmente, porque para o intelecto de nada serve a educação no toque da flauta. Ora, atribuímos a Palas a ciência e a arte.*
>
> ***1163.*** *E, uma vez que reprovamos, quanto aos instrumentos e às operações, o exercício técnico (e chamamos técnico aquele que visa aos certames, pois quem nele atua não opera em vista da própria virtude, mas em vista do deleite dos ouvintes, e de um deleite grosseiro), por isso julgamos que tal operação não é dos homens livres, mas mais servil; e acontece que se tornam vulgares (banausos). Pois é má a intenção em vista da qual fazem esse fim. Com efeito, o espectador, sendo grosseiro, costuma transmutar a música; de modo que também torna de certa qualidade os artífices que trabalham em vista dele, e transforma seus corpos por causa dos movimentos.*

Depois que o Filósofo mostrou quais são as disciplinas em que as crianças costumam ser educadas nas cidades, e em vista de que devem ser educadas nelas, retorna agora a declarar com mais certeza em vista de que devem ser educadas na música, e quando e em quais partes dela. E a respeito disso, primeiro expõe a sua intenção e a causa do que pretende. Em segundo lugar, quando diz *que, portanto* etc., prossegue. Quanto ao primeiro, expõe a sua intenção. Em segundo lugar, quando diz *neque enim* etc., atribui a razão disso, recolhendo algumas coisas ditas antes. Primeiro, pois, diz que sobre a disciplina da música dissemos antes, razoavelmente, algumas coisas em modo de dúvida. E por isso, para que a dúvida se esclareça, é bem conveniente produzir agora um discurso acerca dela, retomando o que foi dito antes, para que sirva como entrada às razões que alguém apresentará ao determinar acerca dela.

Em seguida, quando diz *neque enim*, recolhendo algumas coisas ditas antes, atribui a razão do que pretende, dizendo que se deve determinar com mais certeza acerca dela, porque não é fácil conhecer sobre ela que virtude e potência ela tem, e de que ciência é objeto, e também se se deve participar dela por causa do jogo e do repouso, assim como alguns buscam o sono ou a embriaguez. Pois o sono e a embriaguez, em si mesmos, nem são bons nem sérios, pois ambos estão em certa potência de operações; e, contudo, são deleitáveis para os homens: o sono, por causa do alívio do trabalho e do repouso; a embriaguez, porque é deleitável por causa da multiplicação dos espíritos; e, além disso, fazem cessar a preocupação com as coisas a fazer. Pois

não se preocupa com as coisas a fazer quem não pensa nelas. Ora, o sono e a embriaguez removem a consideração e o uso da razão. E por causa desse deleite e da remoção da preocupação, alguns as ordenam, e usam de modo semelhante para tais fins o vinho, a embriaguez e a música; e alguns acrescentam a estes a dança. Não é, pois, fácil discorrer sobre a música, se deve ser buscada por causa disso, ou se antes se deve julgar que ela vale para a virtude, como sendo capaz de tornar o caráter de certa qualidade, habituando a julgar retamente e a deleitar-se segundo a razão, assim como a ginástica torna o corpo de certa qualidade e o dispõe para a virtude, e contribui em algo para a prudência: pois isto deve ser posto como o terceiro daquilo em vista de que ela deve ser buscada. Deve-se, porém, entender que o som da harmonia musical é primeiro compreendido pelo ouvido, e, quando o move proporcionalmente e segundo a razão média em que está constituído, induz deleite, e desse deleite podem participar todos. Mas, mais além, na intenção do som harmônico, o intelecto considera a razão e a causa da proporção, como algo inteligível segundo si mesmo, no qual há certa perfeição do intelecto que este Filósofo parece chamar de razão do lazer. E esta é uma causa pela qual dirá logo que a música deve ser buscada, a saber, por causa do conhecimento da verdade nela. A esse conhecimento da verdade sobre as proporções musicais segue-se um deleite intelectual, como a toda operação intelectual. E esta é outra causa pela qual o Filósofo diz que ela deve ser buscada; contudo, não a nomeia separadamente do deleite de que se falou antes, nem da razão do lazer. Mas o juízo sobre as proporções harmônicas, e o deleite que se segue, são acerca das coisas que são segundo a razão reta, e semelhantes às que são segundo a virtude. E por isso, o exercício em julgar sobre elas e em deleitar-se com elas é, de certo modo, um exercício para as coisas que são segundo a virtude, como se dirá em seguida. E segundo esse caminho se diz que a música tem potência sobre os costumes; e este é o terceiro motivo em vista do qual, segundo o Filósofo, convém exercitar-se nela.

Em seguida, quando diz *que, portanto*, prossegue, conduzindo o discurso acerca dela à investigação da verdade. E primeiro procede disputando sobre as coisas ditas. Em segundo lugar, quando diz *a primeira questão* etc., determinando mais a verdade. Quanto ao primeiro, primeiro argumenta que as crianças não devem ser educadas na música por causa do jogo, nem do lazer. Em segundo lugar, quando diz *a mesma dúvida*, que não é por causa da virtude. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz *mas talvez pareça* etc., expõe a opinião de alguns contra certa afirmação, e argumenta em contrário. Quanto ao primeiro, primeiro argumenta que não devem ser educadas nela por causa do jogo, dizendo que, pela razão seguinte, é manifesto que os jovens não devem ser educados na música por causa do jogo. Pois o jogo não é buscado senão por causa do deleite que há nele. Portanto, aquilo que não tem deleite não deve ser buscado por causa do jogo. Mas, nas crianças, o aprender não tem deleite, pois se dá para elas com tristeza, porque é laborioso e porque não apreendem o bem que há nele; logo, não se deve buscar que elas aprendam a música, ou qualquer outra coisa, por causa do jogo.

Em seguida, quando diz *mas, na verdade, tampouco*, argumenta que tampouco é por causa do lazer, dizendo que ainda às crianças e às outras idades semelhantes, segundo o modo das crianças, não se deve atribuir a razão do lazer, que é, como se disse, a perfeição do intelecto no conhecimento da verdade. Ora, a perfeição no conhecimento da verdade tem, de certo modo, a razão de fim e de bem em si. Mas o fim e o bem por si não convêm às crianças e aos semelhantes segundo esta idade, porque o fim por si se deve àquilo que é perfeito, ao passo que as crianças e os semelhantes segundo esta idade são imperfeitos.

Em seguida, quando diz *mas talvez*, expõe uma opinião contrária a certa afirmação, dizendo primeiro que talvez pareça de outro modo, contra aquilo que se concluiu pela primeira razão, isto é, que as crianças devem ser educadas e exercitadas na música não por causa do jogo, ou do deleite segundo o sentido, existente naquele tempo em que são educadas ou exercitadas — pois então não está presente, como conclui a razão, mas por causa dos deleites futuros, na idade perfeita, quando já forem homens perfeitos. Mas ele argumenta contra isso quando diz que, se isso é tal etc., dizendo que, se por causa do deleite futuro na idade perfeita a música deve ser buscada, não é preciso que esses futuros homens perfeitos a aprendam quando são crianças; mas, como os reis dos persas e dos medos, deleitar-se em atos musicais executados por outros cantores ou histriões, e não por si mesmos. Pois parece que se deleitam e se educam igualmente quando são executados por outros e quando por si mesmos. Mas ele resolve essa razão quando diz *pois é necessário melhor* etc., dizendo que, ao contrário, convém mais que as próprias crianças aprendam e se exercitem nela por causa do deleite futuro na idade perfeita, porque é necessário que aqueles que se exercitaram nas obras segundo alguma arte, e a partir delas adquiriram o hábito dessa arte, executem melhor a operação que é segundo ela, do que aqueles que trabalharam algum tempo nela apenas quanto ao aprender por causa do próprio lucro e do deleite dos outros, assim como o exercitado nas obras de tocar cítara, e que por isso tem o hábito, toca melhor a cítara e mais se deleita. Pois as operações costumeiras, e que são segundo o hábito, são mais deleitáveis, como insinua o Filósofo no segundo livro da Retórica. Diz, todavia, o intérprete que, antes daquela letra *pois* etc., lhe parece faltar algo. Em seguida, quando diz que, se é preciso etc., argumenta contra a solução precedente, dizendo: se é preciso que as crianças aprendam a música porque operam melhor na idade perfeita e mais se deleitam, então, pela mesma razão, será preciso que trabalhem em torno da preparação dos cozidos e de outras coisas servis, para que operem melhor e se deleitem depois. Mas isso é inconveniente; logo, também o primeiro parecerá ser inconveniente. Mas é manifesto que não é semelhante, porque a música e a operação que são liberais por si mesmas têm o deleite e o lazer liberais que convêm aos homens livres; ao passo que a preparação do cozido e das outras coisas servis não têm nem lazer nem deleite liberal por si mesmas, mas são servis; e por isso convêm aos servos e de modo nenhum aos livres.

Em seguida, quando diz *e a mesma*, argumenta que não se deve educar os jovens nela por causa dos costumes, por meio de duas razões, das quais expõe a segunda quando diz *considerar isso*. Quanto ao primeiro, primeiro expõe a razão. Em segundo lugar, quando diz *e a mesma* etc., estende-a a provar que não vale para o lazer liberal. Diz, pois, primeiro que a mesma razão que se disse antes faz duvidar se a música pode tornar os homens melhores quanto aos costumes, e se por isso deve ser aprendida: pois não pode torná-los melhores quanto aos costumes senão por meio do costume de julgar e de deleitar-se com as coisas que são segundo a razão. Mas, para julgar retamente e deleitar-se com as proporções musicais, não é preciso que eles próprios aprendam a música; pois, ouvindo-as de outros, parecem poder fazer isso, como os lacedemônios: eles próprios, com efeito, não aprendem a música, e contudo podem julgar retamente, como dizem, as melodias boas e as não boas; logo, não é preciso que eles próprios a aprendam. Mas deve-se entender que mentem os lacedemônios ao dizer que podem julgar retamente as melodias sem terem sido antes instruídos. Pois ninguém julga retamente senão as coisas que conhece. E não conhece senão aquilo que recebe, ou descobrindo por si, ou aprendendo de outro, segundo Aristóteles nas Refutações Sofísticas; logo, ninguém pode julgar retamente senão sobre aquilo que aprendeu. Toma-se aqui, porém, o aprender segundo o que comumente se aplica ao receber de outro ou ao descobrir por si mesmo, pois para o propósito não faz diferença.

Em seguida, quando diz *e a mesma*, estende-a a provar sobre o lazer, dizendo que a mesma razão faz duvidar se se deve usar da própria música, aprendendo-a por causa do lazer e da ocupação duradoura, pois são liberais. Pois podem ocupar-se e recrear-se igualmente, ao que parece, em torno das coisas musicais, tanto executando-as eles próprios como executando-as outros.

Em seguida, quando diz *considerar, porém*, expõe a segunda razão e, falando segundo a opinião dos gentios, que punham uma multidão de deuses, entre os quais criam ser Júpiter o principal, diz que, para a declaração daquilo que se disse, convém considerar a estima que temos acerca deles, e das coisas que os cercam, e também aquilo que dizem os poetas sobre eles. Pois Júpiter, que segundo eles é tido por principal, e a quem atribuem ações liberais, não canta nem toca cítara segundo os poetas — isto é, os poetas não lhe atribuem tais operações, embora lhe atribuam a audição e o juízo sobre tais coisas; mas àqueles que exercem tais operações chamamos antes vis; e, ademais, agir retamente ações liberais não é próprio de homem embriagado, nem tampouco de quem brinca. Ora, quem canta coisas musicais ou está como que embriagado, ou como quem brinca; logo, cantar coisas musicais não é próprio do homem perfeito. E esta poderia ser a terceira razão principal. E acrescenta que sobre isso talvez convenientemente se fará a consideração.

Em seguida, quando diz *a primeira, porém*, determina a verdade acerca do que precede. E primeiro retoma as dúvidas. Em segundo lugar, quando diz *razoavelmente* etc., resolve-as. Diz, pois, primeiro que a primeira questão sobre a música é se se deve pô-la como uma disciplina ordenada à virtude moral, apetecível por si, ou não, e o que ela pode, e que virtude tem. E, de novo, aquilo que antes se pôs em dúvida: se é objeto de disciplina, ou de jogo, ou de lazer.

Em seguida, quando diz *razoavelmente, porém*, resolve as dúvidas precedentes, manifestando que se deve participar da música por causa das três coisas ditas. E primeiro faz isto. Em segundo lugar, quando diz *se, porém* etc., investiga se se deve participar de ambas as partes da música, tanto daquela que consiste nas proporções dos sons, que se chama cantativa, quanto daquela que está nos instrumentos, que se chama instrumental. Quanto ao primeiro, primeiro declara que se deve participar da música por causa do jogo e do lazer. Em segundo lugar, quando diz *quanto à comunhão, porém* etc., que ela vale para a virtude e os costumes. Nisso se resolvem as três questões postas antes. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz *pois quaisquer coisas*, declara por que muitos repousam nos deleites que são segundo a música, e neles põem o fim. Na primeira parte diz que é razoável aprender a música e dela participar por causa das três coisas ditas, a saber, o jogo, o lazer, e a disciplina e os costumes. E, quanto ao jogo e ao lazer, isso é manifesto em primeiro lugar. Pois o jogo é buscado por causa do repouso e em vista dele. Ora, o repouso necessariamente tem consigo, reciprocamente, o deleite, porque o repouso é uma espécie de remédio da tristeza induzida antes pelo trabalho; pois por ele se dá o alívio do movimento laborioso que fatiga e induz tristeza. E o alívio do que fatiga e contrista é deleitável. O lazer, porém, que é uma certa operação do intelecto segundo a razão, não só tem em si a razão de bem e de eligível, mas também tem deleite adjunto; e a felicidade se compõe destas duas coisas, a saber, da perfeita operação intelectual e do deleite: mas da perfeita operação intelectual por si e essencialmente, e do deleite como de algo que por si lhe convém. Pois o deleite aperfeiçoa a felicidade como um fim que sobrevém, como o decoro à juventude, conforme se diz no décimo livro da Ética. Disso é manifesto que, uma vez que o jogo tem deleite por si, e o lazer é um certo bem intelectual e tem deleite por si mesmo, tudo o que é bom segundo o intelecto e tem por si deleite deve ser buscado de certo modo em vista de algum jogo e lazer.

Ora, a música é por si mesma deleitabilíssima, tanto existindo nua, isto é, sem melodia, quanto com melodia: pois diz Museu que cantar é para o homem a coisa mais deleitável; por isso, nas reuniões dos homens e nos lazeres, razoavelmente usam dela, como sendo capaz de induzir alegria e deleite. Há também nela teoremas, em cuja consideração consiste o bem do intelecto por si e o deleite; logo, é manifesto que ela é razoavelmente buscada em vista de algum jogo e lazer. E por isso alguém julgará, segundo a razão, que convém educar e habituar os mais jovens nela. Pois quaisquer coisas deleitáveis, sem dano do que opera ou de outro, não só são convenientes ao fim, enquanto aumentam a operação, mas também ao repouso, enquanto aliviam a tristeza que provém do trabalho.

Em seguida, quando diz *pois quaisquer coisas*, declara por que a maioria busca repousar nos deleites musicais e neles põe o fim. Primeiro faz o primeiro. Em segundo lugar, quando diz *acontece, porém* etc., o segundo. Na primeira parte diz: uma vez que poucos homens atingem o fim último da vida humana, e raramente, seja por impedimentos da parte da natureza, ou do costume, ou também exteriores, ao passo que muitos e frequentemente repousam, porque fogem naturalmente da tristeza que provém da operação laboriosa, a qual por ele é aliviada, e usam de jogos musicais e outros, não quanto ao mais, isto é, quanto a coisas múltiplas, mas por causa do deleite apenas — parece-lhes útil repousar nos deleites que estão nos atos dela. Pois, uma vez que não podem atingir a felicidade que está no fim humano, mas buscam o próprio deleite por si e repousam naquele que está no jogo e na música, a este, com efeito, podem atingir.

Em seguida, quando diz *acontece, porém*, declara por que põem o fim nelas, dizendo que acontece aos homens fazer dos jogos e do deleite que há neles o fim. E a razão disso é que o fim da vida humana tem certo deleite, não um deleite qualquer, mas o máximo. De modo semelhante, o jogo e a música têm certo deleite; e por isso, buscando o primeiro, que está no fim, e não o atingindo, tomam aquele que está nos jogos e na música em lugar deste que é mais nobre, por isso que aquele tem certa semelhança com o fim último. Pois o fim último não existe em vista de algo futuro, nem de algo feito e eligível. Pois chamamos fim último aquilo em vista do qual são todas as outras coisas, e ele próprio não é em vista de outra. Também tais deleites, que estão nos jogos ou na música, não são buscados por causa de algo futuro, nem existem em vista dele, mas antes em razão do trabalho e da tristeza já sofridos, para que sejam aliviados ou eliminados. A causa, pois, pela qual alguns buscam a felicidade e o fim para si por meio de tais deleites é esta, e alguém razoavelmente a julgará.

Em seguida, quando diz *quanto àquilo, porém*, mostra que se deve participar da música, porque de algum modo ela dispõe para as virtudes morais. E primeiro expõe o seu intento. Em segundo lugar, quando diz *mas ver se algo* etc., dá o modo e a ordem de considerar. Em terceiro lugar, quando diz *mas que nos tornemos* etc., prossegue. Na primeira parte diz que se deve investigar em seguida se convém participar da música não por esta causa apenas, a saber, o lazer, mas por isso que é útil para o repouso da operação laboriosa, e não só para isso. Mas deve-se investigar se, porventura, as coisas ditas de fato lhe acontecem, ou se a sua natureza, existindo mais nobre, se ordena a algo mais nobre do que sejam as ditas conveniências. Pois é preciso, na música, não só participar do deleite comum que é segundo ela, o qual sentem universalmente todos (pois tais têm um deleite natural que é causado pelo movimento proporcional do ouvido por meio do seu ato, razão pela qual o seu exercício é amado por todas as idades e pelos que têm quaisquer costumes), mas também é preciso ver, mais além, se ela contribui em algo para a virtude moral e para a operação

reta que é segundo a alma.

Em seguida, quando diz *mas ver*, dá a ordem de considerar, dizendo que isto mesmo, que ela contribui em algo para os costumes e para a alma, ficará manifesto se por meio dela nos tornamos de certa qualidade, isto é, dispostos quanto aos costumes; e isso foi declarado antes.

Em seguida, quando diz *mas na verdade*, prossegue. E primeiro mostra que a música torna as pessoas de certo modo qualificadas e bem dispostas quanto aos costumes. Segundo, quando diz, é evidente que se deve ensinar etc., disso conclui que os jovens devem ser instruídos nela. O primeiro ponto ele mostra, primeiro por sinais; segundo, quando diz, mas visto que acontece etc., por meio de uma razão. Apresenta, porém, dois sinais, o segundo dos quais expõe quando diz, além disso etc. Na primeira parte diz que é manifesto que pelo uso da música nos tornamos de certo modo qualificados e bem dispostos quanto aos costumes, tanto por muitas outras coisas quanto pelas melodias de Olimpo, das quais os sacerdotes pagãos de Júpiter, que era cultuado no monte Olimpo na Grécia, se serviam nos ritos sagrados dele para excitar o arrebatamento dos adoradores. Pois pelo uso destas as almas dos homens eram arrebatadas, como que alienadas dos sentidos exteriores e tornadas imóveis por causa da intenção da alma acerca de algo interior. Ora, o arrebatamento é uma certa paixão que produz um costume, ou hábito na alma em direção a algo semelhante. Disso fica manifesto, como que por um certo sinal, que as melodias musicais tornam as pessoas de certo modo qualificadas e dispostas quanto aos costumes.

Mas, para ver o que é o arrebatamento, e segundo qual parte da alma e por qual causa, deve-se entender que o arrebatamento, dito própria e principalmente, é um certo movimento de tração; e a tração é um movimento violento de algo a partir de outro em direção a si ou a outrem, como se diz no sétimo livro da Física. Ora, o violento é aquilo cujo princípio está fora, sem que aquele que padece contribua com força. E por isso o arrebatamento é o movimento de algo, contra sua inclinação natural ou voluntária, a partir de um princípio extrínseco. Essa violência, porém, pode ser considerada ou quanto ao termo e ao modo do movimento ao mesmo tempo, como quando o fogo é arrebatado para baixo por algo extrínseco, ou quanto ao modo do movimento apenas, como quando é impelido para cima mais velozmente do que é próprio de sua natureza mover-se. Depois, por esta semelhança, o nome dele foi transferido para designar o movimento do homem, segundo a alma, em direção a algo para o qual por si não tem inclinação, ou no modo em que não a tem, mas não em direção a qualquer coisa desse tipo. Mas, como é natural ao homem entender a partir de imagens sensíveis exteriores existentes em ato, o nome foi transferido para significar a operação intelectual pela qual o homem é levado a algo intelectual, seja conatural a si, seja acima da natureza, mediante a aversão dos sentidos para as coisas interiores e a imobilização deles.

Disto se evidencia o que é o arrebatamento tal como aqui se toma. É, com efeito, a operação da parte intelectual da alma, segundo a qual, por algo extrínseco, ela é levada a algo não natural a si, ou natural, mediante a aversão e a imobilização dos sentidos. E porque a operação da parte apetitiva da alma se dá segundo sua inclinação e a partir de um princípio intrínseco não violento, o arrebatamento, ao contrário, não pode ser operação da parte apetitiva da alma, sensível ou intelectual. Ora, a causa dele, por si e natural, parece ser a intensa aplicação veemente da alma acerca de algo, que provém ou de um veemente desejo de alcançar algo ou de fugir de algo, ou de uma veemente adesão a algo pelo amor ou pelo deleite, ou de um deleite máximo acerca de algo. Pois, pelo fato de alguém se aplicar veementemente a algo interior, acontece que a alma retira o

espírito, que é o primeiro instrumento do sentido e do movimento, das coisas exteriores para o primeiro sentido e a primeira cogitativa, em torno dos quais então mais trabalha. Pois é próprio da natureza enviar o espírito ao lugar onde mais dele se precisa; e por consequência os sentidos exteriores e os membros se imobilizam, e o homem se torna como que imóvel e sem sentido exterior em ato; e então a alma, não trabalhando no sentido ou no movimento exterior do corpo, como que livre, especula mais acerca de algumas coisas que ou estão acima do poder comum dos homens, ou o estão segundo a natureza, mas não com o sentido exterior, o que é mais natural. Aqueles, porém, que têm poucos e débeis espíritos e bem móveis, são arrebatados com menor intensa aplicação da alma acerca de algo interior. Pois poucos e débeis espíritos não podem bastar para um movimento forte, interior e exterior, como acontece em certas mulheres. Já aqueles que têm espíritos abundantes não são arrebatados senão com a mais veemente intensa aplicação da alma acerca de algo, como acontece em certos homens. Ora, o veemente desejo, ou amor, ou deleite, que produzem a veemente intensa aplicação da alma, ou são causados imediatamente por uma veemente consideração do intelecto, ou por alguma causa superior que move imediatamente a própria vontade, ou por algo interior, a saber, por uma causa superior mediante o intelecto.

Em seguida, quando diz além disso, confirma o que disse, tomando o argumento daquilo que menos parece. Diz, com efeito, que também os que ouvem certas palavras que representam algo triste ou agradável são afetados, mesmo que sejam expressas sem nenhuma melodia ou verso, o que, contudo, menos parecia; logo, quando às palavras se acrescenta a melodia, que tem maior força para mover por causa de sua conformidade com a alma e com a potência do ouvido, muito mais o ânimo do ouvinte será afetado pela música para diversas paixões da alma.

Em seguida, quando diz mas visto que, declara isto mesmo por meio de uma razão. Ora, a razão dele parece ser esta. Habituar-se a julgar retamente acerca das ações morais, e a alegrar-se e deleitar-se retamente nelas, é o mais eficaz para a retidão dos costumes e das ações morais; mas habituar-se a julgar retamente acerca das harmonias musicais e a deleitar-se segundo a razão nelas é habituar-se a julgar retamente acerca das ações morais e a deleitar-se nelas retamente; logo, isto é o mais eficaz para a retidão das ações morais. Desta razão prova primeiro a premissa maior; segundo, quando diz, mas há semelhanças etc., a menor. A maior, porém, prova assim. Visto que as músicas, isto é, as ações que se dão segundo a música, estão entre as coisas deleitáveis por si, como se disse antes, e a virtude moral versa acerca dos deleites e tristezas, do amor e do ódio, e acerca de outras paixões desse tipo, como acerca de sua matéria própria, na qual busca aquilo que é segundo a razão e o meio-termo, é manifesto que nada convém aprender, e nada convém tanto habituar-se para a geração dos hábitos morais retos e de suas ações, quanto julgar retamente acerca dos movimentos dessas paixões e das coisas que lhes dizem respeito, e deleitar-se segundo a razão nelas. E a razão disso é que, para a noção e a geração da virtude moral, requer-se a reta razão, pela qual se discirna aquilo que é reto e conforme à razão, à qual se segue um deleite proporcional, como se evidencia no segundo livro da Ética.

Em seguida, quando diz mas há, prova a menor. Ora, parece prová-la por esta razão. Habituar-se a julgar acerca daquilo que é semelhante às ações e aos deleites morais é habituar-se a julgar acerca das próprias ações morais e a deleitar-se nelas; mas as harmonias musicais são semelhantes às paixões, aos hábitos e às ações morais; logo, habituar-se a julgar e a deleitar-se retamente nas harmonias musicais é habituar-se a julgar e a deleitar-se retamente nos hábitos e nas ações morais. Desta razão expõe primeiro a menor com uma certa explicação dela; segundo,

quando diz, mas o hábito nas coisas semelhantes etc., a maior e a prova dela; terceiro, quando diz, mas acontece que os sensíveis etc., retorna a explicar a menor. Diz, portanto, primeiro, que as semelhanças das paixões, como da ira e da mansidão, do temor e da audácia e semelhantes, e ainda dos hábitos, como da fortaleza e da temperança, da liberalidade e da avareza e semelhantes, e dos outros hábitos contrários a estes, e universalmente das outras coisas morais, como das escolhas e das operações, encontram-se naturalmente nas melodias musicais e nos ritmos. Pois as melodias musicais e os ritmos consistem em certas proporções determinadas de números acerca dos sons ou da modulação; semelhantemente as paixões da alma consistem em certa proporção determinada do agente para o paciente, e seguem alguma proporção determinada do quente e do frio, do úmido e do seco; pois a ira é uma inflamação do sangue em torno do coração, e o temor é um certo resfriamento; também os hábitos morais consistem em certa proporção determinada do apetite à razão que move, e as virtudes consistem em certa proporção média dos extremos, e semelhantemente todas as outras coisas morais. E isto também é manifesto aos sentidos, pois os que ouvem certas melodias ou ritmos transmudam-se segundo a alma, ora para a ira, ora para a mansidão, ora para o temor; o que não se dá senão por causa de alguma semelhança destas com aquelas.

Em seguida, quando diz mas o hábito, expõe a maior e prova-a, dizendo que habituar-se a alegrar-se e a entristecer-se naquelas coisas que são semelhantes aos deleites e às tristezas morais é próximo daquilo que é deleitar-se nas mesmas; porque aquilo que é semelhante a algo parece comportar-se quase do mesmo modo em relação à verdade como aquilo. Pois as coisas semelhantes parecem distar pouco, já que a semelhança é uma certa unidade. Ora, o intelecto frequentemente toma tais coisas como sendo as mesmas, como se diz no segundo livro da Física. E por isso habituar-se naquilo que é semelhante a algo é habituar-se de certo modo naquele algo. Por exemplo, se alguém, olhando ou considerando a imagem da forma de alguém, como de Hércules, se deleita nela enquanto a imagem é forma daquele, a visão da forma do próprio Hércules em si mesma lhe será necessariamente deleitável, e mais, pois aquilo pelo qual cada coisa é tal, também o é mais, como se diz no primeiro livro dos Segundos Analíticos.

Em seguida, quando diz mas acontece, retorna a explicar a menor. E primeiro toca no ponto de que, nos sensíveis segundo os outros sentidos, ou não há nenhuma ou há poucas semelhanças dos costumes. Segundo, quando diz, mas nas próprias melodias etc., declara que naquelas coisas que se dão segundo o ouvido as semelhanças são manifestas. Quanto ao primeiro, deve-se entender que, nos sensíveis segundo cada sentido, há algumas semelhanças das paixões e dos hábitos morais e das ações; pois todos os sensíveis consistem em algumas proporções determinadas de seus elementos primeiros, assim como as paixões, os hábitos e as outras coisas morais. Ademais, também vemos que, por algumas alterações produzidas pelos próprios sensíveis segundo cada sentido, o homem é movido a algumas ações ou paixões morais boas ou más, o que não se dá senão por causa de alguma semelhança; por isso em todos se encontra alguma semelhança dessas coisas. Contudo, não em todos igualmente; pois, como todas as coisas morais seguem alguma apreensão segundo a razão, parece razoável que os sensíveis segundo aqueles sentidos que mais nos fazem conhecer segundo a razão tenham, enquanto tais, maior semelhança com as coisas morais; e tais são a visão e o ouvido, segundo Aristóteles no livro Sobre o sentido. E por isso nos sensíveis segundo esses sentidos existem mais as semelhanças dos costumes. Já nos tangíveis, que são os mais materiais e os primeiros segundo a via da geração, mínimas; nos gustáveis e nos odoráveis, moderadamente, por causa da proximidade deles com os tangíveis. Ademais,

encontram-se mais manifestamente nos audíveis do que nos visíveis. Pois é razoável que se encontrem mais manifestamente nos sensíveis segundo aquele sentido que mais contribui para o conhecimento segundo a razão, o qual todas as coisas morais em ato pressupõem; e para isso mais contribui o ouvido, por acidente. Pois a palavra, sendo audível, é causa da instrução não por si, mas por acidente, já que consta de nomes; e cada um dos nomes é um símbolo, como se diz no referido livro Sobre o sentido. E por isso, razoavelmente, nos audíveis encontram-se mais manifestas as semelhanças das coisas morais em ato do que nos visíveis. Ademais, os audíveis movem mais fortemente do que os visíveis e de mais modos. Pois os visíveis movem a visão apenas por uma certa alteração tênue e quase insensível; ao passo que os audíveis movem segundo uma certa alteração e segundo um certo movimento local do meio e do órgão. Por isso as coisas que têm semelhança excitam mais manifestamente as paixões.

Suposto isto, diz Aristóteles que, nos sensíveis que se dão segundo os outros sentidos, pode acontecer que não exista nenhuma semelhança dos costumes, como nos gustáveis e nos tangíveis. E semelhantemente também nos odoráveis. Diz, porém, nenhuma, porque é pouca e não manifesta; e aquilo que é pouco e não manifesto é tido por nada. Nos visíveis, porém, encontra-se alguma, mas débil; pois as figuras, que máximamente são apreendidas pela visão, máximamente parecem ser tais. Há, com efeito, algumas agudas, outras obtusas, assim como também as paixões, mas assemelham-se em pouca medida; e por isso essa semelhança não move muito. E, além disso, todos os que têm visão têm a percepção de tais figuras, e contudo nem todos alcançam os costumes; o que, no entanto, se veria se elas tivessem propriamente semelhança com eles. Ademais, as figuras e as cores não são propriamente semelhanças expressas dos costumes, como as harmonias, mas antes certos sinais coincidentes com os próprios costumes. E tais sinais dos costumes bem se podem tomar nas paixões sensíveis, não só nos visíveis, mas nos odoráveis e nos tangíveis e nos demais. Mas difere segundo a quantidade, porque se encontram mais manifestamente nos visíveis do que nos outros; e acerca da contemplação destes, quanto ao reto juízo e ao deleite conveniente, convém que os jovens os contemplem, dirigindo a consideração dessas coisas por causa dos costumes: não as figuras e pinturas de Pausão, que era pintor de imagens representativas de coisas torpes e desonestas, mas aquelas de Polignoto, que pintava figuras representativas de coisas honestas, e as de qualquer outro que tenha sido pintor ou escultor de figuras representativas de coisas morais.

Em seguida, quando diz nas melodias, declara que nos audíveis se encontram manifestamente as semelhanças dos costumes. E isto declara primeiro nas melodias musicais; segundo, quando diz, do mesmo modo se comportam etc., declara que do mesmo modo se dá nos ritmos; terceiro, quando diz, destas coisas, portanto etc., infere a conclusão principal. Na primeira parte diz que nas próprias melodias musicais se encontram manifestamente as imitações dos costumes; e isto é manifesto, pois a natureza das próprias harmonias difere tanto, que os que as ouvem logo se dispõem de modos diversos segundo as paixões e os movimentos, e os homens não se comportam do mesmo modo ao ouvir cada uma delas; mas, ao ouvir algumas, tornam-se chorosos e como que contraídos pela retração dos espíritos para as coisas interiores, própria daquela que chamamos Lídia mista. Ora, a Lídia mista é uma melodia ou cantilena do sétimo tom, que, por causa da agudeza das vozes altas, fortemente percute os espíritos e os retrai para o interior, pelo que dispõe à compaixão. Ao ouvir outras, a saber, as frouxas, os homens dispõem-se mais à moleza, tais como são talvez aquela que se chama Lídia, que é uma melodia do quinto tom, e aquela que se chama hipolídia, que é do sexto tom, as quais, por causa do relaxamento das vozes e dos movimentos,

sobretudo pelos semitons que frequentemente empregam, manifestamente vemos moverem à moleza. Ao ouvir outras, porém, os homens dispõem-se bem e comportam-se constantemente nas obras. E tal é aquela que se chama Dórica só, que é a cantilena do primeiro tom, a qual é máximamente moral. Há ainda outras que produzem arrebatamentos, como aquela que se chama Frígia, que é uma melodia do terceiro tom, a qual, por causa da forte percussão nas vozes, revoca fortíssimamente os espíritos das coisas exteriores para as interiores, o que dispõe ao arrebatamento. Pois assim dizem, e convenientemente, aqueles que filosofaram acerca deste divertimento da música, e tomam os testemunhos de suas razões das próprias obras. Assim, portanto, evidencia-se que nas melodias há máximamente as semelhanças dos costumes, e que os homens por elas se dispõem a eles. O que sobretudo parece acontecer por duas razões: uma das quais provém do lado da operação ou daquilo que se segue à própria operação da alma. Pois o sentido do ouvido consiste numa certa proporção média. E por isso, quando é movido por um som proporcionado a si, há deleite segundo o próprio sentido; e também, quando a razão, no ouvir, julga em ato a proporção média dos tons, e no entender há um deleite intelectual proporcional ao deleite que há nas obras morais que consistem na mesma proporção; ora, o deleite em alguma operação aumenta aquela operação, como se diz no décimo livro da Ética, e por consequência aumenta também aquela que a ela se assemelha. A outra razão provém do lado da disposição da matéria e do órgão; pois o espírito é o primeiro órgão de todas as potências da alma, tanto sensitivas quanto motivas; e por isso, pelo diverso movimento dos espíritos, seja por alteração, seja por esta e pelo movimento local, dos quais resulta a contração, a ebulição ou a expulsão, o homem é disposto de modos diversos às paixões ou às ações. E deste modo as harmonias musicais podem máximamente mover o espírito de modos diversos segundo a diversidade delas.

Em seguida, quando diz do mesmo modo, declara o mesmo acerca dos ritmos, dizendo que do mesmo modo se comportam aquelas coisas que dizem respeito aos ritmos. Pois alguns deles têm a virtude pela qual dispõem a um costume estável; outros, porém, aquela pela qual dispõem também ao instável. E, além disso, alguns deles têm movimentos mais para coisas pesadas e servis, outros para coisas deleitáveis e servis. Ora, o ritmo é um número determinado de sílabas num discurso terminado por um fim semelhante.

Em seguida, quando diz destas coisas, infere a conclusão principal, dizendo que, do que foi dito, é manifesto que a música pode tornar alguém de certo modo qualificado e bem disposto quanto ao costume; por isso é manifesto que ela é útil para os costumes.

Em seguida, quando diz é evidente que, conclui do que foi dito que os jovens devem ser instruídos nela, acrescentando a isto uma nova razão, e diz: se a música é apta por natureza a tornar alguém de certo modo qualificado e bem disposto quanto aos costumes; ora, naquilo que dispõe aos costumes convém que os jovens sejam instruídos e habituados na música. Também a disciplina da música é conveniente à natureza das crianças, tão pequenina e diminuta, por outra razão. Pois os jovens não podem suportar algo não deleitável ou entristecedor por causa da idade; têm, com efeito, perfeita a operação dos sentidos por causa do vigor das potências. Ora, a tais operações seguem-se fortes deleites; e por isso deleitam-se fortemente, e não podem suportar tristezas. E as harmonias musicais são da natureza das coisas deleitáveis. E semelhantemente também os ritmos. Pois há uma certa semelhança natural dos ritmos com as harmonias, já que ambos consistem em proporções numéricas. E porque a harmonia é deleitável por si, muitos dos antigos sábios disseram, uns que a alma é o mesmo que a harmonia, outros, porém, que ela tem harmonia, como

Platão e os que o seguem, dizendo que a alma é o número que a si mesmo se move.

Em seguida, quando diz mas se, indaga se convém participar da música quanto ao ato de ambas as suas partes, a saber, a cantada e a instrumental. E primeiro manifesta que sim; segundo, quando diz, mas o que é decente e o que não é decente etc., declara que se deve comportar diferentemente quanto a isto, segundo as diversas idades. Quanto ao primeiro, primeiro põe a dúvida, dizendo que, depois do que foi dito, deve-se considerar se é oportuno, para a boa disposição dos cidadãos, que eles mesmos aprendam a música e se exercitem nela quanto a usá-la em ato, isto é, cantando, e operando com a mão, isto é, tocando os instrumentos, ou não, conforme se propôs antes.

Em seguida, quando diz não é não manifesto, resolve-a, mostrando que convém participar da música segundo ambos os modos, por duas razões. A segunda delas toca quando diz, mas ao mesmo tempo etc. Primeiro, portanto, diz que é manifesto que participar dos atos musicais tem grande diferença, por sua preeminência, para tornar os jovens de certo modo qualificados e bem dispostos. Pois o juízo aplicado acerca das coisas morais ou de suas semelhantes vale muito para bem dispô-los aos costumes, como se disse antes. Mas, pelo fato de alguém participar das obras da música, julga mais aplicadamente acerca daquelas coisas que são semelhantes aos costumes. Pois é uma das coisas impossíveis, ou muitíssimo difícil, que julguem bem acerca das coisas agíveis aqueles que não participaram das operações. Com efeito, o juízo aplicado se dá por uma fácil e deleitável redução aos primeiros princípios. Ora, a fácil e deleitável redução aos princípios não se dá senão por um hábito que inclina ao modo da natureza, o qual se gera em nós pela frequente operação. E, além disso, para a retidão do juízo exige-se a certeza, que máximamente parece, nas coisas agíveis, ser causada pelas obras. É oportuno, portanto, participar da música quanto aos atos e às operações.

Em seguida, quando diz mas ao mesmo tempo, expõe a segunda razão, dizendo que, juntamente com o que foi dito, é preciso que as crianças, sendo inquietas, tenham algo com que se ocupem. E por isso convenientemente foi introduzido o instrumento que se chama chocalho de Arquitas, assim chamado a partir de seu inventor Arquitas, o qual atribuem às crianças, para que, ocupadas com ele, não destruam nada daquilo que há em casa. Pois os jovens, por causa da multidão de movimentos que há neles em razão da idade, não podem ficar quietos. E por isso o brinquedo daquele chocalho lhes é conveniente ao menos para a ocupação. Já a disciplina, isto é, o reto uso dele, deve ser reservada aos mais avançados em idade, que mais podem discernir o que é segundo a arte e o que não é. Que, portanto, convém que os jovens sejam instruídos na música pela participação nas obras, é manifesto.

Em seguida, quando diz mas o que é decente, declara que se deve comportar diferentemente nisto segundo as diversas idades, ao mesmo tempo removendo com isto uma certa objeção anteriormente aduzida em contrário. E primeiro põe o seu propósito; segundo, quando diz, primeiro na verdade etc., prossegue. Na primeira parte diz que, no uso da música, o que é decente e o que não é decente segundo as diversas idades, a saber, da juventude e da velhice, não é difícil ao sábio determinar, nem tampouco resolver a razão dos que opinam que o exercício na música é inútil e vil.

Em seguida, quando diz primeiro na verdade, prossegue; e primeiro o primeiro ponto; segundo, o segundo, quando diz, mas quanto à objeção feita etc. Primeiro, portanto, diz que o exercício naquelas coisas que se dão segundo a música não compete igualmente, nem do mesmo modo, a toda idade. Pois primeiro é manifesto isto: que de todas as obras da música, a saber, da cantada e da instrumental, convém participar por causa da retidão e da certeza do juízo, o que por si é bom e deleitável, como uma certa perfeição do intelecto e em ordem aos costumes, como se disse antes. Ora, os mais jovens não podem ter a retidão do juízo absolutamente, por causa do muito movimento que há neles e por causa da inexperiência, podem contudo trabalhar muito. Os mais velhos, ao contrário, podem trabalhar menos, mas julgar mais retamente, por causa da quietação e da experiência. E por isso é oportuno que os jovens participem da música usando as obras, tanto cantando quanto tocando os instrumentos; e que os que são mais velhos abandonem as próprias obras por causa da debilidade, mas que, ao ouvir, possam julgar bem as razões das harmonias por causa da força e da perfeição do intelecto, e deleitar-se retamente por consequência, pelo fato de terem sido instruídos antes nessas coisas na juventude.

Em seguida, quando diz mas quanto à objeção, pretende remover a objeção de alguns que querem excluir a música dos jovens. E primeiro toca no ponto a partir do qual pode ela ser removida; segundo, quando diz, é manifesto, portanto, etc., declara quais e de que natureza devem ser essas coisas. Primeiro, portanto, diz que não é difícil dissolver a objeção pela qual alguns censuram a música e o seu uso. Pois razoavelmente parece dever ser censurado aquilo que torna os jovens vis e mal dispostos segundo o intelecto; e isto, dizem, é o que fazem a música e o seu uso. Pois algumas melodias dispõem à moleza, algumas outras distraem das obras segundo a razão; e por isso ela é razoavelmente censurável. Não é difícil, diz, resolvê-la, considerando até quanto convém fazer participar da música aqueles que pretendem ordenar as ações das crianças ao bem civil. Pois não se deve participar dela em qualquer medida, mas enquanto útil à república, e considerando com quais melodias e com quais ritmos se deve participar dela. Ademais, também em quais instrumentos se deve instruir e exercitar. Pois nestas coisas há uma certa diferença quanto ao propósito, e nelas está a solução da objeção proposta. Pois nada impede, antes é manifesto, que algumas melodias, ritmos e instrumentos disponham mal os jovens segundo o intelecto e os tornem inúteis, ao passo que outros os disponham bem quanto ao intelecto e aos costumes. E por isso convém considerar quais instrumentos, melodias e ritmos se devem usar para o bem do intelecto e dos costumes, e quais não. E por isto se removerá a referida objeção.

Em seguida, quando diz é manifesto, portanto, declara quais e de que natureza devem ser as coisas musicais que se devem usar para o bem do intelecto e dos costumes. E primeiro em geral; segundo, quando diz, mas é evidente por estas coisas etc., em particular. Na primeira parte ele diz que é manifesto que a instrução e o uso da própria música devem ser tais em quantidade e qualidade, e por meio de tais coisas, que não impeçam o homem quanto às futuras ações civis, nem tornem o seu corpo mal disposto para as operações do intelecto e inútil para as oportunidades bélicas e os exercícios civis por causa da debilitação: quanto ao exercício e à gradual habituação, agora; quanto às referidas instruções, posteriormente. Pois todas as coisas que dizem respeito aos mais jovens devem ser comensuradas e determinadas segundo isto: serem úteis ao fim da república, que é o bem perfeito segundo o intelecto. Ora, acontece que os jovens se comportam bem quanto à instrução nas coisas musicais se aqueles que começam a ir aos certames não se esforçarem nos conhecidos instrumentos laboriosos e que oneram o corpo para o movimento, com um trabalho imoderado que onera o corpo e a força deles, nem tampouco se exercitarem nas

obras admiráveis e supérfluas, que agora conduziram ao jogo dos certames, e a partir dele chegaram à instrução, querendo que os jovens sejam instruídos nelas; mas antes se se exercitarem em trabalhos mais fáceis e moderados, em cantos e instrumentos musicais, até o ponto de poderem deleitar-se retamente na harmonia musical e nos ritmos, considerando-os; e não só na música comum, na qual todos os que têm sentido se deleitam, como certos animais brutos, a multidão das crianças e também dos homens vis ou servis.

Em seguida, quando diz mas é evidente, declara em especial quais e de que natureza devem ser as coisas musicais, e naquelas em que se deve exercitar quanto aos costumes. E primeiro declara quais e de que natureza devem ser os instrumentos nos quais se deve exercitar; segundo, quando diz, deve-se ainda considerar etc., de quais melodias e ritmos se deve usar mais quanto aos costumes. Quanto ao primeiro, primeiro mostra, a partir do precedente, em quais instrumentos se deve ou não se deve exercitar; segundo, quando diz, ademais, a própria flauta não é etc., manifesta isto por meio de uma razão. Na primeira parte diz que não se deve usar dos instrumentos em cujo manejo o corpo é onerado imoderadamente e que imoderadamente, pelo som deles, excitam os espíritos, mas antes dos moderados. É manifesto por isto de quais instrumentos se deve usar quanto aos costumes e de quais não. Pois não se deve usar da flauta para a disciplina. Ora, a flauta é, em geral, o instrumento que soa pela expulsão do sopro. E deve-se entender, ao que parece, o dito de Aristóteles a respeito daquelas flautas que precisam de muito sopro para produzir o som e fazem um som imoderado, como as tíbias e certas Musas. Pois tais instrumentos, por causa do muito sopro, oneram o corpo, e por causa da grandeza do som excitam demasiadamente os espíritos. Nem tampouco se deve usar dos instrumentos que, por causa da grandeza, mas também da confusão do som, confundem os espíritos, como a cítara e qualquer outro que seja tal; mas antes se deve usar daqueles que bem dispõem os ouvintes, segundo o corpo e segundo a alma, aos costumes, ou aos divertimentos musicais, ou a outros que lhes são proporcionados.

Em seguida, quando diz ademais, prova isto por meio de uma razão. E primeiro a respeito da flauta; segundo, quando diz, mas visto que dos instrumentos etc., a respeito dos instrumentos. Quanto ao primeiro, primeiro prova que a flauta deve ser usada para outra coisa; segundo, quando diz, mas acrescentemos o que acontece etc., que não deve ser usada para a disciplina. Na primeira parte, portanto, diz que, além do que foi dito, é manifesto que a flauta não é um instrumento que dispõe aos costumes, mas antes, por causa da grandeza e da multidão do som, é excitativa da ira, por causa do forte movimento dos espíritos. E por isso deve-se antes usar dela em tais tempos em que o exercício nela se dá por causa da purificação, isto é, da disposição à ira e à audácia, como nas guerras e nos assaltos, do que por causa da instrução ou da disposição aos costumes; assim como agora vemos usar dela nas coisas bélicas, tanto para aquilo que foi dito quanto para o terror dos adversários.

Em seguida, quando diz mas acrescentemos, prova que não se deve usar dela para a disciplina. E primeiro dá uma razão; segundo, quando diz, mas razoavelmente se comporta etc., por meio de um dito fabuloso. Na primeira parte diz que, ao que foi dito, deve-se acrescentar que do uso da flauta resulta o contrário da disciplina, a saber, a indisciplina, porque acontece que o tocar da flauta impede o reto uso da razão. Por isso, razoavelmente, os antigos, considerando a força dela, proibiram o seu uso aos jovens e aos homens livres bem dispostos segundo o intelecto, ainda que primeiro tivessem usado dela. Pois, quando primeiro começaram a dedicar-se ao estudo e à

disciplina, por causa da abundância do necessário à vida, e sendo mais magnânimos para a virtude, isto é, para a fortaleza primeiro, e depois, tornados mais prudentes nas operações, buscavam a instrução em qualquer doutrina, não discernindo qual fosse útil e qual não, e indagando em excesso qualquer uma; por isso introduziram o tocar da flauta nas instruções, querendo instruir-se nela; pois na Lacedemônia, primeiro, um corista tocou flauta na dança coral, e daí passou a Atenas; por isso muitíssimos dos homens livres atenienses quiseram participar dela por causa de sua novidade, conforme o costume deles. E isto é manifesto pelo título que Trasipo estabeleceu, o qual havia bem conduzido o coro. Não põe, porém, o título; talvez, no entanto, pudesse ter sido: aqui jaz o ótimo flautista, ou algo semelhante a isto. Posteriormente, porém, quando puderam julgar melhor, por causa da longa experiência, o que fosse útil ou inútil para a virtude, considerando que ela não dispõe para a virtude, mas antes para o contrário, reprovaram-na, proibindo a sua instrução e o seu uso aos jovens. E semelhantemente também muitos outros dos instrumentos antigos, semelhantes às flautas quanto a isto, como as pectíades e os barbitos, ao que nós chamamos Musa, e outros que, ainda que contribuam para o deleite dos que os usam, contudo em nada dispõem aos costumes, como os heptágonos, isto é, o instrumento de sete ângulos ou de sete cordas; e os trígonos, isto é, de três ângulos ou cordas, e a sambuca, de duas cordas longas. Talvez também todos os que precisam de muita ciência manual, impedindo por isso a consideração do intelecto. Ora, tais instrumentos comumente não nos são conhecidos, ou não sob esses nomes.

Em seguida, quando diz mas razoavelmente, manifesta isto mesmo por meio de um dito fabuloso, dizendo que por isso razoavelmente foi dito aquilo que sobre certas outras coisas foi dito na fábula pelos antigos: que Palas, tendo inventado as flautas e considerado-as, bem como o seu uso, rejeitou-as. E não é mau dizer por que; a saber, porque se entristeceu pelo fato de que, no uso delas, o rosto se desonestava. Pois é preciso que as fauces se inflem para a retenção do sopro que se há de expelir para o seu movimento, o que deforma o rosto. E a multidão do sopro expelido debilita o corpo. E não só por isso, mas é mais verossímil que seja porque a instrução e o uso do tocar da flauta em nada contribuem para a perfeição do intelecto. Ora, chamamos Palas a deusa da ciência e da arte. Assim, portanto, Palas, isto é, a reta razão e a arte que retamente julga, reprova o uso da flauta, porque é inútil para o corpo, tanto porque o deforma quanto porque o debilita, e porque não dispõe à perfeição do intelecto, mas antes ao contrário, porque comove e confunde demasiadamente os espíritos.

Em seguida, quando diz mas visto que, prova que o divertimento artificioso não vale para os costumes, dizendo que justamente reprovamos o divertimento artificioso dos instrumentos e da execução. Ora, chamamos aqui divertimento artificioso o divertimento que se faz nos certames ou nos teatros para exercitar os homens a competir fortemente ou apenas para deleitar. Pois neste divertimento aquele que atua não atua por causa do exercício para a virtude em si mesmo, mas para exercitar os ouvintes e em vista do deleite deles, não de qualquer deleite, mas do pesado e servil. E porque a operação e o deleite dos homens livres não são tais, não julgamos que tal divertimento seja divertimento de homens livres, mas de escravos, e que torna as pessoas vis e deprimidas segundo o intelecto. Pois o fim para o qual fazem esses divertimentos, e a intenção, não é bom em si mesmo. Pois visam apenas ao deleite dos ouvintes, ou ao próprio lucro. Com efeito, as operações deste divertimento, sendo pesadas, costumam mudar a música, ora tocando ou cantando de um modo, ora de outro, segundo a diversidade dos ouvintes e do fim visado ao qual pretendem conduzi-los; por isso os artífices, isto é, os autores do divertimento feito segundo a

arte, que visam ao próprio ganho, tornam as pessoas de certo modo qualificadas, isto é, dispostas segundo as paixões da alma do modo dito antes; e também segundo o corpo, por causa dos movimentos e gestos que executam ao tocar; mas não as dispõem bem quanto aos costumes, a não ser talvez por acidente.

Lição 3

O que se deve aprender da música, e de que modo se deve usar dela.

> ***1164.*** *Deve-se ainda considerar, acerca das harmonias e dos ritmos, e quanto à instrução, se se deve usar de todas as harmonias e de todos os ritmos, ou se deve fazer distinção. Em seguida, para aqueles que trabalham em vista da instrução, se estabelecemos a mesma determinação, ou se é preciso alguma outra, uma terceira.*
>
> ***1165.*** *Visto que vemos que a música consiste na feitura das melodias e nos ritmos, não se deve ignorar quanto a cada um destes, que potência tenha para a disciplina, e se se deve escolher antes a música bem melodizada ou a bem ritmizada.*
>
> ***1166.*** *Julgando, portanto, que dizem muitas coisas bem sobre isto alguns dos músicos modernos, e daqueles que, provenientes da filosofia, são de algum modo experimentados na disciplina que se refere à música, deixaremos aquela discussão que procede por cada ponto aos que quiserem indagá-la deles; agora, porém, dividimos os modos de maneira geral, dizendo apenas os tipos deles.*
>
> ***1167.*** *E visto que aceitamos a divisão das melodias, como as dividem alguns dos que se ocupam da filosofia, pondo umas como morais, outras como práticas, outras como produtoras de arrebatamento, e pondo a natureza das harmonias convenientes a cada uma destas como uma parte distinta; dizemos que não se deve usar da música em vista de uma só utilidade, mas em vista de muitas; pois é em vista do divertimento e da purificação. E o que chamamos purificação, agora, na verdade, digamos de modo simples; de novo, naquilo que trata da Poética, o diremos mais manifestamente.*
>
> ***1168.*** *Em terceiro lugar, para o entretenimento e o relaxamento, e para o descanso da tensão, é manifesto que se deve usar, na verdade, de todas as harmonias, mas não se deve usar de todas do mesmo modo. Mas para a disciplina, sobretudo das morais; para o ouvido, porém, dos que trabalham com a mão, também das práticas e das arrebatadoras.*
>
> ***1169.*** *Pois a paixão que ocorre fortemente em torno de certas almas existe em todas, mas difere quanto ao mais e ao menos, como a misericórdia e o temor; e ainda o arrebatamento, pois por este movimento alguns são afetados, e vemos, pelas melodias sagradas, que estes, quando usaram das melodias que*

enfurecem a alma, são restituídos como que tendo obtido uma medicina e uma purificação. É necessário, porém, que padeçam isto mesmo também os misericordiosos e os tímidos, e em geral os passivos, e os outros na medida em que a cada um cabe de tais paixões; e que em todos se faça uma certa purificação e um alívio com deleite. E semelhantemente também as melodias purificativas oferecem aos homens uma região inócua. Por isso, com tais harmonias e tais melodias, devem os competidores que tratam a música teatral apresentá-la.

1170. *E visto que o espectador é de dois tipos, um livre e instruído, outro pesado, composto de artesãos, mercenários e outros tais, devem-se atribuir também a estes certames e espetáculos para o descanso. Ora, assim como as almas deles estão distorcidas em relação ao hábito que é segundo a natureza, assim também há harmonias e melodias transgressoras, rígidas e dilaceradas. E a cada um produz deleite aquilo que lhe é conveniente segundo a natureza. Por isso deve-se dar aos competidores a faculdade de usar, para tal espectador, de algum tal gênero de música.*

1171. *Mas para o divertimento, como foi dito, deve-se usar das melodias morais e de tais harmonias; e tal é a dórica, como dissemos antes. Convém, porém, acolher também qualquer outra que nos aprovarem os que participam da filosofia, do exercício e da disciplina que se refere à música.*

1172. *Na República, porém, Sócrates não admite convenientemente só a frígia junto com a dórica; e isto reprovando, entre os instrumentos, a flauta. Pois a harmonia frígia tem a mesma potência que a flauta entre os instrumentos: ambas, com efeito, provocam a ira e são introdutoras de paixão.*

1173. *E a poesia o manifesta; pois toda petulância e todo movimento tal, sobretudo dos instrumentos, está nas flautas, e entre as harmonias, nas melodias frígias tomam aquilo que é conveniente: por exemplo, o ditirambo, por confissão de todos, parece ser frígio; e disto dizem muitos exemplos, tanto os outros a respeito deste sentido, quanto que Filoxeno, tentando fazer em modo dórico o ditirambo Fábula, não foi capaz, mas pela própria natureza recaiu na harmonia frígia conveniente.*

1174. *De novo, quanto à dórica, todos confessam que ela é a mais estável e que possui máximamente um caráter viril. Ademais, visto que louvamos o meio-termo em relação às coisas superabundantes, e dizemos que se deve buscá-lo, e a dórica tem esta natureza em relação às outras harmonias, é manifesto que os mais jovens devem ser instruídos nas melodias dóricas.*

1175. *Ora, há duas considerações: o que é possível e o que é decente; pois deve-se tratar mais daquilo que é possível e daquilo que é decente a cada um. E também estas coisas são determinadas pelas idades, como que aos abatidos*

> *pelo tempo não é fácil cantar as harmonias rígidas, mas a natureza propôs a tais as frouxas. Por isso bem censuram também a Sócrates, quanto a isto, alguns daqueles que se ocupam da música, por ter ele reprovado as harmonias frouxas para a disciplina, como se fossem petulância de embriaguez (pois a embriaguez torna o homem mais impetuoso), sendo antes próprias dos abatidos. Por isso, quanto à futura idade dos mais velhos, convém tanger tais harmonias e tais melodias.*
>
> ***1176.*** *Ademais, se há alguma das harmonias que seja tal, ou que convém à idade das crianças, por isto que pode ter ao mesmo tempo ornamento e instrução, como se vê que padece máximamente entre as harmonias a lídia. É evidente que se devem tomar estes três termos para a disciplina: o que é meio-termo, o que é possível e o que é decente.*

Depois que o filósofo mostrou de quais instrumentos se deve usar e de quais não se deve usar quanto aos costumes, passa agora a considerar de quais e de que natureza melodias e ritmos se deve usar, tanto absolutamente quanto em vista da instrução, isto é, da disciplina. E acerca disto primeiro põe o seu propósito; segundo, quando diz, mas visto que a divisão etc., prossegue. Ademais, na primeira parte, primeiro propõe o seu propósito principal; segundo, quando diz, visto que vemos que a música etc., toca no que se deve considerar para a explicação do propósito principal; terceiro, quando diz, julgando, portanto, muitas coisas etc., toca no que, acerca do referido, deve ser suposto de outros. Diz, portanto, primeiro, que, depois do referido, deve-se considerar acerca da natureza e do uso das harmonias e dos ritmos, tanto absolutamente quanto em ordem à instrução, isto é, à disciplina. Absolutamente, na verdade, se se deve usar de todas as harmonias e ritmos na cidade, ou se é preciso distingui-los e dizer que de alguns se deve usar e de outros não. Em seguida, por comparação com a instrução: a saber, se aqueles que trabalham em vista dela devem usar de todos para ela. Ou também se se deve estabelecer neles a mesma determinação, por comparação com a disciplina, que também absolutamente, ou alguma outra diversa.

Em seguida, quando diz visto que a música, toca no que se deve considerar para a explicação do dito. Dizendo: visto que aos sentidos vemos a música distinguir-se pela melodia, no canto ou nos instrumentos, e pelos ritmos, convém considerar, para a evidência do proposto, que potência e virtude tenha cada uma destas quanto à disciplina e aos costumes. Pois daquelas que têm a virtude conveniente a estes deve-se usar para eles, mas das outras não. Ademais, se se deve escolher antes, para os costumes e a instrução, a música bem melodizada ou aquela que é bem ritmizada.

Em seguida, quando diz julgando, portanto, toca no que sobre isto deve ser suposto de outros. Dizendo que nós, julgando que muitos dos modernos que se ocupam da música, e outros dentre os filósofos antigos que foram perfeitos e bem se comportaram nesta disciplina em parte, isto é, que participaram de uma consideração especial da música acerca de cada um dos referidos pontos, deixaremos de indagar deles ou de seus escritos. Agora, porém, falaremos deles em geral, conforme convém ao propósito, dividindo de maneira geral os modos da própria música, declarando de quais se deve usar quanto aos costumes ou absolutamente para qualquer fim.

Em seguida, quando diz mas visto que, prossegue. E acerca disto faz duas coisas. Pois primeiro põe algumas divisões; segundo, quando diz, em terceiro lugar, para o entretenimento etc., conclui de quais e de que natureza harmonias se deve usar. Primeiro, portanto, diz que aprovamos razoavelmente a divisão das melodias musicais, segundo a qual alguns homens aprovados na filosofia as dividem, dizendo que umas delas são morais, ou que dispõem aos costumes, outras práticas, isto é, produtoras das paixões da ira e da mansidão, outras produtoras de arrebatamento, que tornam o ouvinte como que imóvel e não sensível, atribuindo mais exatamente uma melodia e uma harmonia determinada a cada uma delas: naturalmente dizem que a frígia é produtora de arrebatamento, e a lídia mista disponente ao pranto e à compaixão; e a dórica aos costumes, como se disse antes. Dizemos que a música não deve ser buscada absolutamente em vista de uma única utilidade, nem se deve usar dela por um único fim, mas em vista de muitos. Pois deve-se usar dela em razão do divertimento e da purificação. E o que chamamos purificação, por ora suponha-se de modo simples. Na Poética, porém, dir-se-á dela mais manifestamente. Ora, a purificação parece ser a corrupção de alguma paixão nociva que subsiste. E porque a corrupção de uma coisa se dá pela geração de outra, por isso é a corrupção de uma paixão pela geração da contrária, como a corrupção da ira pela geração da mansidão. E, em terceiro lugar, é útil ao entretenimento, ou ao deleite intelectual e aos costumes, como se disse antes.

Em seguida, quando diz em terceiro lugar, conclui do que foi dito de quais harmonias se deve usar e de que natureza. E primeiro o faz em geral; segundo, quando diz, mas visto que o espectador etc., mostra de quais em especial se deve usar. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que foi dito; segundo, quando diz, pois a paixão que em torno de certas almas etc., prova um certo suposto. Diz, portanto, primeiro, que do que foi dito antes é manifesto que, para o relaxamento do trabalho e para o descanso da tensão, isto é, de uma obra tensionada, deve-se usar universalmente de todas as harmonias musicais, quanto aos bem dispostos por natureza. Pois todas as harmonias musicais, que consistem numa certa proporção média quanto ao sentido, o qual semelhantemente consiste numa certa proporção média, parecem induzir deleite nos que têm os sentidos bem dispostos por natureza; o que digo por causa daqueles que estão indispostos segundo o sentido ou a alma, os quais nas harmonias bem proporcionadas se entristecem por causa da contrariedade, e nas não proporcionadas e distorcidas se deleitam por causa da semelhança, como se dirá a seguir. Mas para a disciplina e os costumes deve-se usar sobretudo das morais, isto é, das que dispõem aos costumes, segundo o ouvido daqueles que, com a mão, ou o corpo, ou também a alma, trabalham em alguma paixão; e das práticas e arrebatadoras, isto é, das que conduzem de alguma paixão para a contrária ou para o meio-termo.

Em seguida, quando diz pois a paixão que, prova um certo suposto. Pois supôs que há certas harmonias purificativas de certas paixões nocivas, pela geração das opostas ou das médias. E isto pretende manifestar aqui por aquilo que aparece aos sentidos. E deve-se entender que a paixão da alma, no sentido em que aqui se fala, é o movimento da parte apetitiva da alma sob a imaginação do bem ou do mal. E por isso segue-se à apreensão do bem conveniente ou do mal inconveniente; e, se seguir à apreensão do bem conveniente, é com deleite enquanto tal. Se, porém, à apreensão do mal inconveniente, com tristeza. E porque a parte apetitiva da alma é uma certa potência no corpo e num órgão, por isso segue, em seu ser e em sua operação, a disposição da matéria e do corpo; e por isso tais paixões dela seguem alguma disposição das qualidades primeiras: como a audácia segue a abundância de calor em torno do coração; o temor, um certo resfriamento; a ira, uma inflamação do sangue ou do espírito. E porque tal disposição das qualidades está em todos os

homens, enquanto todos são compostos delas como de matéria, mas contudo em maior e menor grau, conforme uns são mais quentes, outros menos, e conforme uns são mais frios, outros menos; por isso todas essas paixões estão em todos por certa aptidão e virtualidade. Mas em alguns mais segundo o ato e intensamente; em outros, porém, mais segundo a potência e frouxamente. E por isso diz que bem se disse que certas harmonias são produtoras de paixões; pois as paixões que se produzem nos animais de alguns segundo certa excelência, conforme alguns são excelentemente audazes, outros excelentemente tímidos, e assim das outras, existem universalmente em todos virtualmente; como o quente e o frio, e o úmido e o seco, que são os princípios destas segundo o mais e o menos, conforme mais ou menos dominam as qualidades que a elas dispõem. Como a misericórdia, o temor e o arrebatamento, que é a imobilidade dos sentidos e das partes exteriores por causa da revocação do calor e do espírito para o interior. Pois há alguns que são retidos por tal paixão. Pois vemos aos sentidos que, quando alguns usaram de certas melodias, das quais os antigos costumavam usar na veneração dos deuses, são restituídos e, de iracundos, tornam-se sobretudo mansos, como que tendo obtido uma certa medicina e uma purificação de uma paixão nociva e fora da natureza. E isto mesmo acontece aos que estão na paixão da misericórdia e da timidez, e universalmente em qualquer outra paixão, na medida em que a cada um cabe, e a todos advém um certo alívio e uma purificação da paixão, por causa do deleite produzido pela melodia que dispõe ao contrário.

E do mesmo modo tais melodias purificativas tornam a região inócua aos homens, enquanto reprimem as paixões pelas quais uns aos outros se injuriavam. E deve-se entender que todas essas paixões consistem, dispositiva e materialmente, em alguma proporção do quente e do frio e das outras qualidades primeiras, ainda que alguma destas domine, e que todas existem com um certo deleite ou tristeza, ou com ambos, ainda que mais com um deles. Pois as que são causadas pela imaginação do bem conveniente, enquanto tais, são com deleite; e as que provêm da imaginação do mal inconveniente, com tristeza. Ora, as harmonias musicais semelhantemente existem numa certa proporção média dos sons, as quais são às vezes semelhantes à proporção em que consiste alguma paixão, e às vezes dessemelhantes. Ora, cada um se deleita naquilo que lhe é conveniente e proporcional segundo a natureza, e se entristece pelo contrário. Por isso quem está em alguma paixão, seja com deleite seja ao contrário, ao ouvir uma melodia em proporção semelhante, intensifica-se mais na mesma paixão; mas, ao ouvir uma melodia que está em proporção contrária, relaxa-se como que pelo contrário; assim como, se alguém estiver na paixão da ira, que é com tristeza e uma certa inflamação, ouvir uma melodia em proporção contrária que causa deleite e relaxa o quente, será acalmado da ira. E semelhantemente se dá também nas outras paixões. E por isso os que tratam a música devem usar de tais melodias e harmonias contrárias para acalmar os excessos das paixões.

Em seguida, quando diz mas visto que, declara em especial de quais e de que natureza melodias se deve usar. E primeiro de quais e de que natureza se deve usar para o descanso dos indisciplinados e dos vis; segundo, quando diz, mas para o divertimento, de quais se deve usar para a disciplina dos homens livres e mais dos disciplinados. Na primeira parte diz que o espectador, isto é, o ouvinte da harmonia musical, é de dois tipos. Um é livre, isto é, bem disposto para as obras do intelecto e bem disciplinado. O outro é servo e pesado, composto de homens vis, mercenários e outros tais. Aos ignorantes, pesados e servis, devem-se atribuir certames e espetáculos convenientes a eles para o descanso e o deleite. Pois, trabalhando, precisam disso às vezes. E, assim como eles estão mal dispostos segundo a alma e distorcidos daquele hábito que é

segundo a natureza, assim há certas harmonias muito rígidas e distorcidas da proporção média. Ora, a todos é deleitável aquilo que lhes é conveniente segundo a sua inclinação natural, porque o deleite é a operação não impedida de um hábito conatural, como se diz no sétimo livro da Ética. E por isso aos que competem e atuam nas coisas musicais deve-se conceder que possam usar de algum tal gênero de música, a saber, rígido e distorcido, para tal espectador vil e indisposto, a fim de que este, deleitado com ele, descanse; conforme dizemos comumente que mais vale a flauta rural do que algum instrumento mais nobre. Deve-se entender que a alma pode ser considerada em si mesma, enquanto é uma certa forma específica do homem, ou segundo a disposição da matéria neste ou naquele indivíduo. Se for considerada segundo a natureza própria, assim nenhuma inclinação à imperfeição, nem tampouco imperfeição, se encontra nela; antes, quanto está em si, é perfeita naturalmente, quanto é por sua inclinação; pois cada coisa é, segundo a natureza, tal como é quando perfeita na geração, como se diz no primeiro livro desta obra. E assim a alma de qualquer homem não se encontra distorcida do hábito natural; e, enquanto tal, qualquer um é livre. Se, porém, for considerada segundo a disposição da matéria neste ou naquele indivíduo, porque se encontram certas disposições que não a dispõem àquilo para o que nos inclinamos segundo a sua natureza, mas algumas antes para o contrário, assim a alma, ou o homem segundo ela, está distorcido da perfeição para a qual se inclina segundo a natureza.

Em seguida, quando diz mas para o divertimento, declara de quais melodias morais se deve usar para a disciplina. E primeiro faz isto; segundo, quando diz, mas há duas considerações, declara que todos não devem usar delas de todo modo, mas com determinação. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que foi dito; segundo, quando diz, mas na República, Sócrates, reprova a opinião de Platão acerca de um certo dito; terceiro, quando diz, de novo, quanto à dórica, retorna a explicar um certo suposto. Na primeira parte diz que, para a disciplina, que é deleitável como um divertimento, deve-se usar das melodias morais e das harmonias que dispõem a ela. E tal é aquela que se chama dórica, como dissemos antes e aparecerá a seguir; logo, para a disciplina deve-se usar dela, e deve-se acrescentar-lhe algumas, se algumas aprovarem como convenientes a isto aqueles que se exercitaram no exercício filosófico e na disciplina musical.

Em seguida, quando diz mas na República, reprova a opinião de Platão acerca do referido. E primeiro faz isto; segundo, quando diz, mas a poesia o manifesta, declara um certo suposto. Na primeira parte diz que Sócrates, em sua República, isto é, Platão introduzindo Sócrates a falar, não diz convenientemente que só a melodia frígia, junto com aquela que chamamos dórica, deva ser recebida na cidade para a disciplina e os costumes dos jovens, reprovando ao mesmo tempo a flauta entre os instrumentos como não conveniente a eles; pois aquela mesma natureza e virtude que a flauta tem entre os instrumentos, a melodia frígia a tem entre as harmonias, já que ambas provocam a ira e são introdutoras da paixão para a qual dispõe o quente, por causa da força do movimento e da percussão, em razão dos quais têm o poder de excitar o calor nos espíritos. Se, portanto, a flauta deve ser reprovada como inapta para a disciplina e os costumes, pela mesma razão também a melodia frígia; e, se esta é útil, pela mesma razão também aquela.

A seguir, quando diz mas manifesta, esclarece um certo pressuposto, a saber, que a mesma natureza tem a Frígia nas melodias e a flauta nos instrumentos; dizendo que possuírem elas a mesma natureza o manifesta a poesia, que diz que toda bacanal, isto é, toda impetuosidade, e todo movimento semelhante a uma paixão violenta, é causado sobretudo pelo movimento da flauta nos instrumentos, e nas harmonias musicais pela melodia frígia. Tomam, porém, para tal

esclarecimento aquilo que parece conveniente e verdadeiro, a saber, que o ditirambo manifestamente parece ser um certo modo da melodia frígia. E para isso muitos exemplos aduzem aqueles que se ocupam do objeto deste sentido, isto é, do ouvido, e de outras coisas. E porque o músico Filóxeno, ao compor uma fábula, tendo em certa ocasião parecido fazer ditirambos na melodia dórica, isto é, do primeiro tom, não pôde contudo fazê-lo, porque não lhe convinha, mas pela própria inclinação de sua natureza recaiu na frígia, com a qual mais se harmonizava; ora, isso não seria assim se não fosse ditirambo. Acerca do qual é manifesto que convém com a flauta ou a trombeta por causa da força do movimento, e é produtivo da ira e da paixão forte. E é um certo modo de canto que se chama frígio, isto é, do terceiro tom entre nós; e, por conseguinte, a Frígia conviria com a flauta.

A seguir, quando diz de novo acerca da dórica, retorna a provar a menor da razão anteriormente exposta, a saber, que a melodia dórica é sobretudo moral; dizendo que todos os que dela falam universalmente confessam que, entre todas as melodias, a dórica é a mais estável; por isso convém com a virtude, para a qual se requer a constância da mente naquilo que é segundo a razão, e possui sobretudo o caráter viril, isto é, virtuoso. O que, de fato, pela razão se torna manifesto: pois louvamos e aprovamos mais o meio entre as duas superabundâncias do excesso e do defeito, tanto naquilo que é segundo a natureza — por exemplo, louvamos mais uma compleição temperadamente quente do que aquela que é excessivamente fria — quanto naquilo que é segundo a arte e segundo a razão; pois louvamos a virtude, que consiste no meio, ao passo que censuramos a superabundância e o defeito, que têm o caráter dos extremos. Dizemos ainda que o meio em todas as coisas deve ser mais buscado, por ser bom. Ora, a melodia dórica tem o caráter de meio em relação às demais; pois não é tão excessivamente aguda como aquela que se chama lídia mista, que é do sétimo tom; nem tão rebaixada na gravidade como a hipodórica ou a hipofrígia, que é do segundo ou do quarto tom. E por isso é manifesto que é a mais digna de louvor e de ser buscada, como disposição para a virtude; razão pela qual os jovens devem ser mais exercitados nela.

A seguir, quando diz há, porém, esclarece que não de qualquer modo nem para quaisquer pessoas convém, mas segundo diversas determinações conforme a diversidade das idades. E acerca disso, primeiro esclarece a quem e com que determinação convém que se sirvam os velhos. Em segundo lugar, quando diz e ainda, se algumas, quem e quais, aos jovens, concluindo universalmente as condições que se requerem na melodia conveniente a cada idade. Diz, pois, primeiro que não convém que todos se sirvam de todas as melodias, tanto morais quanto médias, de qualquer maneira, mas com determinação. Ora, há duas coisas pelas quais se determina, a saber, o que é possível e o que é decente: pois entre as coisas boas realizáveis é preciso agir ou operar mais aquelas que são possíveis ao agente. Pois ninguém põe a mão naquilo que reputa impossível, seja absolutamente, seja para si, ainda que seja bom em si mesmo. E aquelas que são decentes ao próprio agente. Pois há coisas boas e possíveis ao agente que, contudo, não lhe são decentes; assim como é bom dar um pequeno presente, e isso é possível a um rei, mas contudo não lhe é decente, visto que ele é magnífico; e por isso aquelas coisas que são boas e possíveis ao agente e decentes a ele devem ser mais feitas. Ora, a possibilidade e a decência se distinguem segundo a diversidade das idades: pois há coisas possíveis ao homem perfeito e decentes a ele que não são possíveis ao jovem e decentes a ele; e por isso há algumas harmonias úteis aos costumes em si mesmas que, contudo, não convêm a alguns, porque não lhes são bem possíveis; assim como aos que são debilitados, isto é, que declinam pelo tempo ou pela velhice da igualdade, não podem

facilmente cantar harmonias rígidas e agudas por causa da fraqueza da força e do fôlego, mas antes as mais brandas segundo a natureza.

Por isso, alguns dos músicos posteriores reprovaram convenientemente a Sócrates, que reprovou como inúteis aos costumes e à disciplina todas as harmonias brandas utilmente empregáveis, dizendo que elas eram como embriagantes dos homens. Mas, como a embriaguez produz duas coisas no homem, a saber, a impetuosidade do movimento e o declínio da sobriedade e da disposição natural, disse ele que elas eram embriagantes não segundo a potência da embriaguez, isto é, segundo a impetuosidade. Pois é verdade que a embriaguez torna o homem impetuoso: ora, tais melodias brandas não induzem tal impetuosidade; mas disse que elas eram embriagantes enquanto debilitantes, isto é, que declinam da igualdade e do meio. E por isso inclinam os homens àquilo que declina da igualdade e da retidão. Ora, isso Platão dizia como se todos os homens estivessem sempre no estado e na igualdade do meio segundo a natureza, e ninguém dela declinasse. Pois, se assim fosse, a ninguém conviria servir-se das harmonias brandas. Mas, porque alguns estão no estado e na igualdade, ao passo que outros dela declinam pela velhice ou de outro modo, e cada um se deleita naquilo que lhe é conveniente segundo a natureza, como foi dito antes; por isso não convém que todos se sirvam das melodias médias, mas a alguns convém servir-se das brandas médias; e por isso, para a idade futura dos velhos, que declinam da referida igualdade e são de fraca força, convém servir-se das melodias e harmonias brandas.

A seguir, quando diz e ainda, mostra o que convém aos jovens, concluindo as condições que se exigem na música ordenada utilmente aos costumes; dizendo que, ainda mais, se há uma harmonia tal, média não branda, que convém à idade das crianças, por ter certo ornato em razão da consonância pela qual deleita, e semelhantemente também a doutrina, isto é, que dispõe à disciplina — ora, tal força parece possuir sobretudo a harmonia que se chama lídia, que é a cantilena do quinto tom, como foi dito antes —, é manifesto que, na música que dispõe à disciplina, é preciso que três coisas preexistam: a saber, que tenha o caráter de meio entre as agudas e as graves, que seja possível a quem dela se serve, e decente à condição dele. Pois, se for tal, é manifesto que os que dela se servem serão mais inclinados à virtude e aos costumes, e, uma vez inclinados, operarão mais segundo a razão, e, operando segundo a razão, facilmente atingem a felicidade, que consiste na operação mais perfeita do homem segundo a sua suprema virtude a respeito do seu objeto mais perfeito. Bendito seja Deus pelos séculos dos séculos.